



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
DIRETORIA DE ENSINO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA**

**PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA
Modalidade à Distância**

**CUIABÁ – MT
OUTUBRO 2022**

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
DIRETORIA DE ENSINO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA**

Autoridades:

PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO BRASIL
Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Victor Godoy Veiga

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: SETEC
Tomás Dias Sant'Ana

**REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE MATO GROSSO**
Dr. Júlio César dos Santos

PRÓ-REITORA DE ENSINO
Ma. Luciana Maria Klamt

DIRETORIA DE GRADUAÇÃO
Ana Claudia Tasinaffo Alves

CAMPUS CUIABÁ CEL. OCTAYDE JORGE DA SILVA

Alceu Aparecido Cardoso
Diretor Geral

Julio Correa de Resende Dias Duarte
Diretor de Ensino

Tiago de Almeida Lacerda
Diretor de Extensão

Anna Carla Acosta

Diretora de Administração e Planejamento

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Valtemir Emerencio do Nascimento
Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação

Tony Inácio da Silva
Chefe do Departamento de Engenharia Elétrica e Automação

Silvana Fava Marchezini
Chefe do Departamento de Infraestrutura

Juliana Fonseca Antunes
Chefe do Departamento de Computação

Vicente Pedroso da Silva Filho
Chefe de Departamento de Gestão e Hospitalidade

Kleber Roberto Lopes Corbalan
Chefe do Departamento de Área da Base Comum

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Rothschild Alencastro Antunes
Coordenador do Núcleo de Educação à Distância

Eloisa Rosana de Azeredo
Coordenadora do curso de Licenciatura em Pedagogia - EaD

Pedro Clarindo da Silva Neto
Articulador Institucional e Responsável por publicações e evento acadêmicos

Marilson Oliveira Corrêa
Designer Instrucional dos cursos de graduação e pós-graduação

Alexandre Torrezam
Designer Instrucional dos cursos de graduação e pós-graduação

Maurício Prado Catharino
Suporte NEaD Moodle - Capacitação e Treinamento

Custódio Gastão da Silva Júnior
Suporte NEaD Moodle - Capacitação e Treinamento

Marilson Oliveira Correa
Gestor de Plataforma

Thallia Arrais Cicero de Sá
Secretária Acadêmica

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	4
1. APRESENTAÇÃO	6
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	8
2.1 PÚBLICO-ALVO E REQUISITOS DE ACESSO	8
2.2 TÍTULO	9
3. BREVE HISTÓRICO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	9
3.1 HISTÓRICO DO CAMPUS CUIABÁ – CEL. OCTAYDE JORGE DA SILVA.....	11
4. BREVE HISTÓRICO DO CURSO DE PEDAGOGIA	16
5. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	18
6. JUSTIFICATIVA	23
7. OBJETIVOS DO CURSO	27
7.1 GERAL:	27
7.2 ESPECÍFICOS.....	28
8. PERFIL DO EGRESSO	29
9. DIRETRIZES LEGAIS	33
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	36
10.1 ESTRUTURA CURRICULAR.....	37
ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO (C).....	38
10.2 ESTRUTURA DOS NÚCLEOS DO CURSO.....	38
10.3 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR.....	40
10.4. ESTÁGIO SUPERVISIONADO	41
10.5. OFICINAS E SEMINÁRIOS INTEGRADORES.....	48
10.6. ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO	52
10.7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	54
11. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS	55
11.1 CORPO DOCENTE	59
11.2 CORPO TUTORIAL	62
11.3. MATERIAL DIDÁTICO	65
12. FLEXIBILIDADE CURRICULAR	65
13. POLÍTICA DE FORMAÇÃO INTEGRAL DO ESTUDANTE	66
14. POLÍTICAS DE APOIO AO ESTUDANTE	67
14.1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA	67
15. IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	69
16. CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES	70
17. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM	71
18. AVALIAÇÃO DO CURSO	72
19. FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO	73
20. INSTALAÇÕES FÍSICAS E EQUIPAMENTOS	73
21. REQUISITOS DE ACESSIBILIDADE	75
22. DISPOSIÇÕES FINAIS	77
APÊNDICE A.....	78
REFERÊNCIAS	108

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento expressa a Proposta Pedagógica do Curso de Licenciatura em Pedagogia em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na modalidade à Distância, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT – Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva, que teve seu funcionamento autorizado pelo Conselho Superior – CONSUP, por meio da Resolução nº 24/2021, de 28 de maio de 2021. Propõe-se a implantação de um modelo didático-pedagógico, voltado para a realidade social e profissional, local e regional, com o compromisso de contribuir com a formação e aperfeiçoamento de professores da Rede Federal, Estadual e Municipal de educação básica, para que possam ser favorecidos na formação docente e no desenvolvimento da prática educativa.

Ao ofertar o Curso de Licenciatura em Pedagogia em EPT, o IFMT dá continuidade à trajetória histórica da Educação Profissional no Brasil. Os Institutos Federais têm como um de seus objetivos o fortalecimento como instituição educacional pública transformadora da realidade social, investindo na construção de processos educacionais que adotem o trabalho como princípio educativo e a articulação de ensino, pesquisa e extensão como princípio pedagógico.

Também com base na função social dos Institutos Federais em promover educação humanística, científica e tecnológica para formar cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade, preparando-os para a inserção no mundo do trabalho. Conforme determina a Lei nº 11.892, publicada em 29/12/2008 (BRASIL, 2008), estas instituições têm como um de seus objetivos a oferta de cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica e profissional.

Nesse horizonte, a oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia em Pedagogia em Educação Profissional e Tecnológica – modalidade à distância, vem para consolidar a evolução constante ocorrida na rede dos Institutos Federais, fruto de esforços, diálogos e construções coletivas. Buscando uma proposta inovadora e que otimizasse recursos humanos e financeiros, o presente curso foi inicialmente elaborado por uma parceria, em

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

rede, de doze Institutos Federais¹. Foi um trabalho de muitas mãos, que trouxe uma grande experiência e mobilização coletiva a todas instituições envolvidas, promovendo o envolvimento reflexivo da comunidade educativa em prol desta proposta formativa. Em 2021, a Resolução Consepe 16/2021 aprovou o PPC e a Resolução 22/2021 que homologou a Resolução 16/2021 e a Resolução 24/2021 - RTR-CONSUP/RTR/IFMT, retifica a Resolução nº 02, de 26 de fevereiro de 2018 de autorização de funcionamento do curso e altera o nome de “Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia modalidade de Ensino à Distância em rede” para “Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia em Educação Profissional e Tecnológica - Modalidade à Distância”. A partir dessa dissolução da rede, o IFMT seguiu sua proposta política pedagógica, acompanhada por seus agentes educativos, operando efetivamente num processo dinâmico com os fundamentos pedagógicos já elaborados, mas também, buscando trazer quando preciso, algumas alterações e adequações mais próximas do modelo regional local.

A organização do currículo do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia em Educação Profissional e Tecnológica, proposto em quatro anos, tem na relação teoria-prática seu eixo aglutinador. Assim, seus referenciais teóricos mantêm permanente interlocução com os conhecimentos de caráter prático, procurando formar ao mesmo tempo, um profissional que domine a tradição pedagógica, identifique as necessidades da realidade educacional local e proponha alternativas novas e originais aos processos educativos.

Sendo a proposta deste curso o ensino à distância entende-se que ele veio para contribuir com a missão institucional do IFMT, ampliando o acesso à educação, levando a instituição à populações que se encontravam em condições desfavoráveis de estudo

¹ Até 2021 o curso de Licenciatura em Pedagogia em Educação Profissional e Tecnológica – modalidade à distância era ofertado em rede pela parceria entre: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IFGOIANO), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sul Rio Grandense (IFSUL), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO).

devido ao acesso e possibilitando mais qualidade de vida da população em geral. Nesse sentido, a missão da Instituição está voltada para “Educar para a vida e para o trabalho”, focando no compromisso com a inclusão social.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Licenciatura em Pedagogia em Educação Profissional e Tecnológica	
Grau	Licenciatura
Modalidade de oferta	Curso à distância
Duração do curso	8 semestres
Prazo máximo de integralização	16 semestres
Periodicidade	Semestral
Número de vagas	50 vagas por polo
Carga horária em atividades acadêmicas	3.220 horas
Estágio Profissional Supervisionado	420 horas
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento	200 horas
Trabalho de Conclusão de Curso	120 horas
Carga horária total do Curso	3.960 horas
Início da oferta	2º semestre de 2018
Instituição responsável: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva	

2.1 PÚBLICO-ALVO E REQUISITOS DE ACESSO

O ingresso no Curso de Licenciatura em Pedagogia em Educação Profissional e Tecnológica, dar-se-á por meio da realização de processo seletivo público, publicado em edital próprio.

Para ingresso no curso, os candidatos deverão ter concluído o ensino médio ou equivalente.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

2.2 TÍTULO

Após a integralização da carga horária total do Curso, incluindo prática como componente curricular, atividades complementares, estágio supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o estudante receberá o diploma de **Licenciado em Pedagogia em Educação Profissional e Tecnológica**.

Este Curso habilita o aluno para que possa atuar na Educação Básica e em espaços nos quais sejam necessários conhecimentos pedagógicos. Além disso, o curso visa, como experiência inovadora, proporcionar ao aluno, além dos conhecimentos básicos de Pedagogia, os conhecimentos específicos sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), de forma a levá-lo a conhecer os diferentes níveis e modalidades de ensino que a EPT engloba e articulação destes às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

3. BREVE HISTÓRICO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica começou em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices e que, na década de 1990, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets), equiparando-se, no âmbito da educação superior, aos centros universitários.

Este processo de expansão da Rede Federal evidenciou a necessidade de se discutir a forma de organização da instituição, bem como de explicitar seu papel no desenvolvimento social do país; os debates resultaram na criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), pela Lei nº 11.892, publicada em 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008).

Nesse contexto, o compromisso do governo federal aponta para a celebração de uma trajetória percorrida ao longo do século XX e, no limiar do século XXI, na construção de um novo paradigma para a Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2012).

Os Institutos Federais possuem natureza jurídica de autarquias, detentores de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, que,

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

de acordo com o Capítulo I, Art. 2º, da Lei 11. 892, de 29 de setembro de 2008, são instituições de ensino básico, profissional e superior, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos da Lei, e conforme as disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, são equiparados às universidades federais.

O Art. 6º, da Lei 11.892/2008, Capítulo II, Seção I, afirma que os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III - Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; IV - Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; V - Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI - Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VII - Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII - Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; IX - Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Em seu Art. 7º, determina que, observadas as finalidades e características definidas no art. 6º, são objetivos dos Institutos Federais:

I - Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; II - Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; III - Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; IV -

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; V - Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e VI - Ministrando em nível de educação superior: a) Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) Cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e) Cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Dessa forma, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica possibilita que seus estudantes tracem itinerários formativos que podem ir do curso técnico integrado ao ensino médio à pós-graduação. Essa concepção garante ao jovem iniciar os estudos, com abertura de possibilidade de dar continuidade à sua formação intelectual e profissional dentro de uma instituição que não trabalha apenas pela formação profissional, mas também pela formação humana integral e integrada, numa perspectiva, portanto, da união trabalho-ensino, politecnicidade e omnilateralidade.

3.1 HISTÓRICO DO CAMPUS CUIABÁ – CEL. OCTAYDE JORGE DA SILVA

O IFMT - Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva foi fundado em 23 de setembro de 1909, através do decreto n.º 7.566, de 23/09/1909, de autoria do Presidente da República Nilo Peçanha. Inaugurado em 1º de janeiro de 1910 como Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (EAAMT), tinha como objetivo munir o aluno de uma arte que o habilitasse a exercer uma profissão e a se manter como artífice.

Em 1930, a EAAMT vinculou-se ao Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 13 de janeiro de 1937, através da Lei nº 378, as Escolas de Aprendizes Artífices receberam a denominação de Liceus Industriais. No entanto, somente em cinco de setembro de 1941, via Circular nº 1.971, a EAAMT assumiu oficialmente a denominação de Liceu Industrial de Mato Grosso (LIMT).

A partir da década de 1940, o ensino nacional passou por uma reforma PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

denominada Reforma Capanema. Por meio dela, o LIMT transformou-se em Escola Industrial de Cuiabá (EIC), em função do Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. A escola passou, assim, a oferecer o ensino profissional com cursos industriais básicos e de mestria de alfaiataria, sapataria, artes do couro, marcenaria, serralharia, tipografia e encadernação.

Através da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, a EIC adquiriu personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira. Com a expedição da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passou a oferecer o ensino profissional com cursos ginasiais industriais equiparados aos de 1º grau do ensino médio.

Em 20 de agosto de 1965, transformou-se em Escola Industrial Federal de Mato Grosso (EIFMT), em função da Lei n.º 4.759. Três anos depois, a Portaria Ministerial n.º 331, de 17 de junho de 1968, alterou a lei anterior e a escola industrial passou a denominar-se Escola Técnica Federal de Mato Grosso (ETFMT).

Com a reforma do ensino de 1º e 2º graus (antigos ginasial e colegial), introduzida pela Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, a ETFMT acabou de vez com os antigos cursos ginasiais industriais (1º grau), e passou a oferecer o ensino técnico de 2º grau integrado ao propedêutico. Além disso, deixou de atender, especificamente, alunos do sexo masculino, com a aceitação de mulheres nos referidos cursos.

Com o advento da Nova LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o ensino profissional deixou de ser integrado ao propedêutico e a ETF passou a oferecer, separadamente, o ensino médio (antigo propedêutico) e o ensino profissional de nível técnico e nível básico. Pelo Decreto Presidencial de 16 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 19 de agosto de 2002, a ETFMT transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, nos termos da Lei n.º 8948/94. A partir daí, além do ensino médio e do ensino profissional de nível técnico e básico, a Instituição passou a oferecer o ensino profissional de nível tecnológico e a pós-graduação em nível Lato Sensu.

Através da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008, é criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Mato Grosso e de Cuiabá, e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres.

O novo modelo institucional concebido para os IFs visa articular a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. Em consonância com essas diretrizes o *campus* Cuiabá Octayde Jorge da Silva oferece atualmente cursos técnicos integrados ao ensino médio; cursos técnicos subsequentes; cursos superiores de bacharelados, licenciaturas e de tecnologias; e pós-graduação lato sensu e stricto sensu. No contexto da educação profissional tecnológica os Institutos Federais de Educação - IFs destacam-se hoje como centros de qualidade e de credibilidade, apresentando-se como uma das mais bem sucedidas experiências em educação pública de qualidade de nosso país.

Grande parte dessa qualidade atribuída aos IFs justifica-se pela concepção político-pedagógica em que se pautam os seus processos educacionais, e que, por conseguinte, é definidora dos seus currículos, que tem como foco a formação do jovem, do trabalhador, na perspectiva deste, enquanto sujeito ativo, ético e contextualizado, capaz de compreender a realidade e superá-la, a fim de contribuir com as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais imprescindíveis para a transformação da sociedade. Nesta perspectiva o *campus* Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva apresenta-se como um importante centro de difusão e produção de conhecimento, oferecendo ensino em todos os níveis de formação e em diferentes modalidades, promovendo, conjuntamente, a pesquisa e a extensão.

3.1.1 Áreas de Atuação

Atualmente o IFMT Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva oferece 28 (vinte e oito) cursos de Educação Profissional Técnica e Tecnológica, sendo 08 (oito) cursos Técnicos de Ensino Médio Integrado, 04 (quatro) cursos Técnicos Subsequentes ao Nível Médio, e 12 (doze) superiores e 03 cursos de pós-graduação, quais sejam:

Quadro 01: Cursos ofertados pelo IFMT- campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva

Nível	Modalidade	NOME DO CURSO
Técnico	Integrado	Técnico em Eventos

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

		Técnico em Secretariado	
		Técnico em Eletroeletrônica	
		Técnico em Edificações	
		Técnico em Eletrônica	
		Técnico em Eletrotécnica	
		Técnico em Informática	
		Técnico em Agrimensura	
	Subsequente	Técnico em Agrimensura	
		Técnico em Edificações	
		Técnico em Eletrônica	
		Técnico em Eletrotécnica	
	Superior	Bacharelado	Engenharia de Computação
			Engenharia de Controle e Automação
			Engenharia Elétrica
Secretariado Executivo			
Turismo			
Licenciatura		Educação Física	
		Pedagogia EPT (Educação à Distância)	
Tecnologia		Automação Industrial	
		Construção de Edifícios	
		Controle de Obras	
		Geoprocessamento	
		Redes de Computadores	
		Sistemas para Internet	
		Sistemas para Internet (Educação à Distância)	
Pós-Graduação	Especialização	Especialização em Redes para Computadores e Sistemas Distribuídos (Educação à Distância)	
	Mestrado	Mestrado em Ensino	
		Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional.	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

A estrutura organizacional do Campus Cuiabá Octayde Jorge da Silva, no que se refere à área fim da instituição - o ensino, é formada por 05 (cinco) Departamentos de Área: Departamento de Área da Base Comum (DABC); Departamento de Infraestrutura (DINFRA); Departamento de Área de Engenharia Elétrica e Automação (DAEE); Departamento de Computação (DCOM) e Departamento de Gestão e Hospitalidade (DAS); e pelo Núcleo de Educação à Distância (NEaD) que oferta os cursos à distância, com o apoio dos outros departamentos.

3.1.2 Missão, Visão e Valores do IFMT

O IFMT proporciona a formação científica, tecnológica e humanística nos vários níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, de forma plural, inclusiva e democrática, pautada no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, preparando o educando para o exercício da profissão e da cidadania com responsabilidade ambiental.

Missão do IFMT: “Educar para a vida e para o trabalho”

Visão do IFMT: “Ser uma instituição de excelência na educação profissional e tecnológica, qualificando pessoas para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na Extensão”

Valores do IFMT:

1. Ética: Fundamental para as relações saudáveis;
2. Transparência: Um direito constitucional;
3. Profissionalidade: Na busca contínua pela qualidade;
4. Inovação: Utilizando das experiências para focar-se no futuro;
5. Empreendedorismo: Necessário para manter o propósito;
6. Sustentabilidade: Respeitando a sociedade e o planeta;
7. Humanidade: A dignidade do ser humano acima de tudo;

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

8. Respeito à diversidade: Reconhecemos as diferenças para alcançar a igualdade;
9. Inclusão: Diversidade e diferenças tratadas com equidade;
10. Democracia participativa: Por um fazer coletivo

4. BREVE HISTÓRICO DO CURSO DE PEDAGOGIA

O Curso de Pedagogia, no Brasil, ao longo de sua trajetória, definiu como cerne de seus pressupostos os processos educativos nos mais diversos ambientes, incluindo o escolar. A primeira regulamentação se deu através do Decreto-Lei nº 1.190/1939, espaço que foi definido como de formação de “técnicos em educação” com vistas a, mediante concurso, assumirem funções de administração, planejamento de currículos, orientação a professores, inspeção de escolas, avaliação do desempenho de alunos e docentes, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da educação.

Em 1961, instituiu-se o currículo mínimo do curso de bacharelado em Pedagogia, composto por sete disciplinas indicadas pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e, mais duas, escolhidas pela instituição ofertante. Essa forma de oferta, centralizadora da organização curricular, teve como intento o desenho curricular do bacharel em Pedagogia, mantendo, segundo a ótica dos curriculistas, uma unidade de conteúdo, aplicável como critério para transferências de alunos, em todo o território nacional.

A Lei nº 5.540/1968, conhecida como a Lei da Reforma Universitária, facultava à graduação em Pedagogia a oferta das habilitações: Supervisão, Orientação, Administração e Inspeção Educacional. O Parecer CFE nº 252/1969, que dispunha da organização e do funcionamento do curso de Pedagogia, aponta a formação de profissionais da educação e acrescenta a possibilidade de obtenção do título de especialista, mediante complementação de estudos.

O mesmo parecer prescrevia a unidade entre bacharelado e licenciatura, fixando a duração do curso em quatro anos. Como licenciatura, permitia o registro para o exercício do magistério nos cursos normais. Mais de meio século já se passou e a Pedagogia vem conquistando espaços e enveredando experiências de formação inicial e

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

continuada de docentes, com vistas a preparar para o trabalho na educação básica, e nos espaços escolares e não escolares.

A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, trata o curso de Pedagogia de forma específica, dando aos portadores de diploma do referido curso o título de trabalhadores em educação. Também possibilita, conforme o artigo 62 B da referida lei, acesso diferenciado ao curso de pedagogia para os professores das redes públicas de educação básica. (BRASIL, 1996).

Esta lei, que rege a educação brasileira, estabelece ainda, em seu artigo 64, que o curso de Pedagogia deverá formar profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica.

A legislação, portanto, traz diversas ênfases nos percursos de formação do pedagogo, contemplando, entre outros temas, a educação infantil, educação de jovens e adultos, dos povos indígenas e quilombolas, educação do campo, educação especial, educação a distância e novas tecnologias de informação e comunicação aplicadas à educação.

A Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, traz, de forma clara, a necessidade de atendimento aos núcleos: de estudos básicos; de aprofundamento e diversificação de estudos; e de estudos integradores. Cada um destes núcleos apresenta suas peculiaridades, que, em conjunto contribuem para a formação integrada do profissional que atuará na educação.

Importante registrar que o Parecer CNE/CP nº 9/2009 mostra o avanço das Diretrizes Nacionais da Pedagogia, quando aponta a superação da ideia de “currículo mínimo”, dotando os cursos de maior atualidade e diversidade para atender às peculiaridades, necessidades e interesses dos educandos.

Este parecer enfatiza também que os graduados em Pedagogia devem estar “aptos para a docência, em sentido estrito e com as atribuições de gestão escolar contemporâneas, legitimadas também pelo princípio da gestão democrática do Ensino” (BRASIL, 2009, p. 4). Assim, é importante destacar a amplitude da formação em Pedagogia para além da docência em educação infantil e séries iniciais da educação básica, como se apresenta neste documento.

Por fim, a Resolução CNE/CP nº 2 de 1º de julho de 2015, que define as PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada, trata a Pedagogia com as mesmas regras das demais licenciaturas, porém estabelece, em seu artigo 13, parágrafo quinto, que neste curso deverá preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino.

A Pedagogia é tratada geralmente como a licenciatura que prepara os docentes para atuação na Educação Infantil e anos Iniciais do Ensino Fundamental. Não obstante, este curso – Pedagogia em EPT, traz em seu bojo a especificidade de, além de preparar os profissionais da educação para as áreas citadas, contempla em seu itinerário constitutivo a formação para atuar na Educação Profissional e Tecnológica, nível este que possui aspectos diferenciados ao ofertar preparação para o trabalho integrada à formação geral, buscando o desenvolvimento do ser humano em todas as suas potencialidades.

5. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

No Brasil, as primeiras experiências em Educação à Distância (EaD) são do início do século XX, com a oferta de cursos profissionalizantes por correspondência, sendo o primeiro registro da oferta de ensino a distância datado em 1904, com a oferta de um curso por correspondência de datilografia, divulgado no Jornal do Brasil.

Em 1937, a partir do avanço tecnológico proporcionado com a difusão do rádio, foi criado o Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE) do Ministério da Educação. Após a criação do SRE, foram implantados inúmeros programas educativos de radiodifusão, em sua maioria de iniciativa da Igreja Católica.

Na década de 1940, passaram a ser ofertados cursos profissionalizantes em instituições como o Instituto Monitor (que ofertava o curso de Eletrônica em Rádio por correspondência), Instituto Universal Brasileiro (ofertava cursos livres de curta duração no setor industrial e de serviços e cursos supletivos), e pela Universidade do Ar, patrocinada pelo Senac e pelo Sesc. Até hoje, algumas dessas instituições permanecem ligadas à formação profissional por meio de cursos a distância.

A oferta da EaD se deu, durante longo período, somente nos chamados cursos livres. Com a promulgação da Lei nº 5.692/71 - Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

2º grau -, permitiu-se, conforme parágrafo 2º do art. 25, o uso de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação para ministrar cursos supletivos, o que seria um primeiro passo para o reconhecimento da EaD.

Logo após, foram criados os telecursos, transmitidos pela TV. Em 1978, a Fundação Roberto Marinho, em parceria com a Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura de São Paulo, criou o Telecurso 2º grau, projeto de educação supletiva a distância, sendo a primeira vez que uma rede comercial de televisão – TV Globo – era usada para um projeto educativo. Em 1981, com a experiência adquirida no desenvolvimento e veiculação desse projeto, foi iniciada a transmissão do Telecurso 1º grau, permanecendo no ar até a estreia, em 1995, do Telecurso 2000 e, concomitantemente, do Telecurso 2000 Profissionalizante.

O modelo de telecurso conviveu com os formatos antigos, como o material impresso, uma característica que se manteve até a década de 1990. Durante esse período, surgiram várias iniciativas de EaD em projetos para ampliar o acesso à educação, promover o letramento e a inclusão social de adultos.

Diante da nova realidade sociocultural e com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e o advento da internet, as instituições de ensino passaram a ofertar a EaD por meio de ambientes virtuais de aprendizagem. Nesses, a mediação pedagógica e interação entre professores e alunos são realizadas em processos síncronos ou assíncronos, tornando as barreiras espaço-temporais cada vez menores e proporcionando aprendizagens cada vez mais personalizadas, ao possibilitar o uso de diferentes recursos educacionais, que podem englobar diversos tipos de mídias e tecnologias em prol de uma aprendizagem ativa e colaborativa.

A EaD efetivou-se legalmente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9.394/1996, que regulamenta, no art. 80, o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino.

A partir das diretrizes traçadas pela LDB, a EaD foi regulamentada pelo Decreto nº 2.494/98, dos quais destacam-se: o estabelecimento de critérios para credenciamento das instituições de ensino; autorização e reconhecimento de cursos; a possibilidade de oferta de cursos a distância nos diversos níveis de ensino (ensino fundamental para jovens e adultos, ensino médio, educação profissional, e graduação); a equivalência entre cursos PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

presenciais e a distância para fins de transferência e aproveitamento de créditos; a validade nacional de certificados e diplomas de cursos a distância por instituições credenciadas e registrados na forma da lei.

O Decreto nº 5.622/2005 revogou o Decreto nº 2.494/1998, trazendo relevantes mudanças, entre elas a própria concepção de educação a distância que, no lugar da autoaprendizagem, passa a reforçar a necessidade de mediação pedagógica e de interação entre professores e alunos por meio da utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). O Decreto também possibilitou a oferta de cursos de pós-graduação a distância nas modalidades *lato sensu e stricto sensu*, estabelecendo normas e instruções mais específicas para o credenciamento e autorização de cursos.

Complementando a legislação anterior, foram publicados os Decretos nº 5.773/2006 e 6.303/2007, dispendo sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação para credenciamento e credenciamento de instituições para oferta de educação superior a distância e para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de educação a distância.

Como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação, no sentido de expandir e interiorizar a oferta de educação no Brasil, em todos os níveis de ensino, o Governo Federal instituiu, pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). A UAB fomenta a oferta de educação superior pública e de qualidade por meio da modalidade de educação a distância, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos, estimulando a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de educação a distância em localidades estratégicas e incentivando o desenvolvimento de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A meta prioritária do Sistema UAB é contribuir para a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, por isso, as ofertas de vagas são prioritariamente voltadas para a formação inicial de professores da educação básica.

No dia 25 de maio de 2017, foi sancionado o Decreto nº 9.057, que trouxe novas mudanças quanto à regulamentação para criação de polos e credenciamento de PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

instituições e revogou o Decreto nº 5.622/05, atrelando, ainda, à oferta de EaD a exigência de pessoal qualificado, políticas de acesso e acompanhamento e avaliação compatíveis (BRASIL, 2017).

Em 15 de dezembro de 2017, é publicado o Decreto nº 9.235, que revoga os Decretos nº 5.773/06 e 6.303/07, dispondo sobre a regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Em 2 de agosto de 2018, é publicada a Portaria Normativa MEC nº 742, que complementa este Decreto, dispondo sobre os fluxos dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

Com relação à parceria da UAB com o IFMT, pode-se dizer que ela inicia com a participação da instituição no edital MEC/SEED nº 01, de 20 de dezembro de 2005, que previa a chamada pública para a criação de polos municipais de apoio presencial e de oferta de cursos superiores no âmbito do projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB, um projeto experimental que visava ampliar a atuação das Instituições de Ensino Superior no Brasil e levar educação superior de qualidade às partes mais longínquas do país através da Educação a Distância – EaD.

Em conformidade com as possibilidades institucionais e o levantamento das demandas do Estado de Mato Grosso, propôs-se neste primeiro momento, a implementação dos cursos de Licenciatura em Química e Tecnólogo em Sistemas para Internet, que deveriam ser desenvolvidos através do projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB, fomentado pelo MEC. A implantação destes cursos selecionados pelo Edital MEC/SEED nº 01, utilizou as instalações do IFMT, sendo que o curso de Sistemas conta com o suporte, infraestrutura, recursos humanos, financeiros e logística do Campus Cuiabá Octayde Jorge da Silva. Hoje, contamos com 27 (vinte sete) polos de apoio presencial; Cuiabá, Cáceres, Pontes e Lacerda, Comodoro, Sapezal, Juara, Juína, Aripuanã, Colíder, Guarantã do Norte, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Arenápolis, Diamantino, Barra do Bugres, Pedra Preta, Campo Verde, Primavera do Leste, Nova Xavantina, Água Boa, Canarana, Ribeirão Cascalheira, Confresa, São Felix do Araguaia, Paranatinga, Paranaíta. Esses são os polos aptos para funcionar, sendo que no momento a UAB/IFMT está PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

presente em todos polos, o curso Sistemas para Internet será ofertado nesses polos, conforme articulação entre a Capes, IFMT, UFMT e UNEMAT.

Na busca por preencher lacunas históricas da formação de professores para a educação básica e, ressaltando a necessidade de fortalecer também a formação na Educação Profissional e Tecnológica, em 2018 o projeto de Formação em Rede, organiza esta proposta inédita de parceria entre 11 Institutos Federais,² onde o IFMT-campus Cuiabá – Cel Octayde Jorge da Silva fez parte. Este projeto buscou otimizar profissionais e recursos com construção e execução de um curso de Licenciatura em Pedagogia em Educação Profissional e Tecnológica na modalidade à distância e foi também fomentado pelo MEC, através da Universidade Aberta do Brasil – UAB. O curso de Licenciatura em Pedagogia EPT, que teve seu início em outubro de 2018 acontece em 4 (quatro) polos de apoio presencial e segue em pleno funcionamento.

Foi a partir deste projeto piloto em rede, que reuniu por meio da EaD vários Institutos Federais, que se observou a necessidade de se construir uma proposta específica de curso de Licenciatura em Pedagogia em EPT, na modalidade à distância para o IFMT – campus Cel. Octayde Jorge da Silva. A educação à distância é uma modalidade educacional que faz uso intensivo de tecnologias telemáticas (baseadas nas telecomunicações e na informática) e foi pensada para o curso pois tem grande potencial para atender não só a população que vive no município de Cuiabá e Baixada Cuiabana – MT, bem como também aqueles estudantes em condições desfavoráveis devido ao acesso.

Hoje, como prosseguimento à institucionalização da EaD no IFMT, criou-se o Centro de Referência de Educação à Distância – CREAD–IFMT, em nível de IFMT Sede, onde funciona a estrutura administrativa da UAB, bem como de outros projetos relacionados à modalidade EaD no IFMT. No campus Cuiabá o Núcleo de Educação à Distância - NEaD é quem responde pelos cursos EaD dentro do campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva e presta também todo suporte tecnológico, administrativo e pedagógico, possibilitando o acompanhamento dos cursos no que diz respeito ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC e ao Ambiente Virtual de Aprendizagem

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

- AVA Moodle.

A integração do curso com os polos se dará através do CREAD e NEAD, a quem cabe celebrar os termos de parceria e compromissos com os respectivos polos.

6. JUSTIFICATIVA

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados em dezembro de 2008, com a Lei nº 11.892, que aponta como um dos seus objetivos, a oferta de cursos de licenciatura para formação de professores para a educação básica e profissional (BRASIL, 2008).

Este modelo de instituição já estava mencionado no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), publicado em 2007, no qual defendia a proposta de criação dos Institutos Federais, como oportunidade de articular as instituições federais de educação profissional tecnológica, especialmente, “para uma atuação integrada e referenciada regionalmente” (BRASIL, 2007, p. 31) e como mais uma possibilidade de ampliação da educação superior através do ensino público federal, uma vez que a demanda por este nível de ensino já vinha sendo destacada desde o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2001, quando indicava a necessidade de ampliar o seu acesso ao menos a 30% da população de jovens dos 18 aos 24 anos (BRASIL, 2001, p. 43).

O documento Contribuições para o Processo de Construção dos Cursos de Licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, ressalta que a organização curricular dos Institutos Federais com a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e superior, traz para seus docentes um espaço ímpar de construção de saberes, por terem a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, buscando assim metodologias mais adequadas e pertinentes a cada ação (MEC, 2011).

De fato, na última década muitos foram os esforços realizados para garantir maior organização entre as políticas, os programas e as ações direcionadas à formação de professores. A aprovação do Plano Nacional da Educação (PNE, 2014) foi o principal avanço neste sentido.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Esses esforços visavam superar os desafios da formação de professores, na medida em que o número de docentes atuando na educação básica sem a correspondente formação em nível superior, de acordo com o Parecer CNE-CP nº 02/15 é significativo (25,2% do total de 2.141.676 docentes). Desse contingente de profissionais sem formação superior, 0,1% não completou o Ensino Fundamental, 0,2% possui apenas o Ensino Fundamental completo, e 24,9% possuem o Ensino Médio, dos quais 13,9% concluíram o Ensino Médio Normal/Magistério e 4,9%, o Ensino Médio sem Magistério, enquanto 6,1% estão cursando o Ensino Superior (Parecer CNECP nº 02/15).

Ao propor o Curso de Licenciatura em Pedagogia em EPT, a Rede denota, em primeiro lugar, seu compromisso social, capaz de recriar novas possibilidades de superação de problemas e desafios na sociedade e na educação básica, de modo a propiciar um novo caminho para além do “esgotamento de tudo o que uma escola de educação básica possa oferecer aos seus alunos” (Resolução CNE-CP nº 1/02).

Em segundo lugar, ao oferecer um curso destinado a formar profissionais para atuarem no contexto da educação profissional e tecnológica, procura assegurar a articulação entre a docência, a gestão educacional e a produção do conhecimento na área da educação que, por sua vez, não limitará a atuação desse profissional apenas para a docência, ampliando-a para a ideia de trabalho pedagógico, a ser desenvolvido em espaços escolares e não escolares.

Nesse caso, a docência passa a implicar articulação com um contexto mais amplo, exigindo capacidade de reflexão crítica da realidade, pois as práticas educativas definem-se e realizam-se mediadas pelas relações socioculturais, políticas e econômicas. Desse modo, a Rede dirigiu seu compromisso às necessidades e perspectivas da sociedade atual, pois sem isso as discrepâncias ou lacunas ainda existentes no processo de formação de professores não poderão ser minimizadas, nem transformadas numa formação mais coerente com o contexto no qual estamos inseridos.

A proposição do referido Curso, ao ampliar o percurso formativo para o exercício de várias funções no magistério, procura formar profissionais qualificados a atender à demanda referente às áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos e valoriza sua missão e compromisso com a educação profissional e tecnológica, campo específico de suas ações formativas.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Além disso, deve-se considerar que a formação de pedagogos ocupa papel relevante no contexto das instituições educativas de todos os níveis, tanto pela importância da função daqueles a quem oferece preparo profissional como pelo significado dos espaços sociocomunitários onde se desenvolvem suas ações, com vistas ao aperfeiçoamento humano.

O Curso de Pedagogia em EPT projeta-se através de sua proposta educativa que abrange:

- a formulação, o desenvolvimento e a avaliação de projeto pedagógico próprio; a auto-organização de docentes e acadêmicos no sentido da construção da identidade pessoal/profissional;
- a prática pedagógica/docente compreendida em sua dimensão coletiva e pessoal, implicando, simultaneamente, em autonomia e responsabilidade;
- o desenvolvimento de competências profissionais exigidas pela utilização de metodologias pautadas na articulação entre teoria e prática, na resolução de situações problema e na reflexão sobre os processos de formação e de atuação profissional;
- o fortalecimento da investigação científica;
- a produção e a socialização do conhecimento;
- a vivência crítica da realidade socioeducacional; e
- experimentação de propostas inovadoras de formação/ prática educativa.

A partir da proposição de uma formação pautada na investigação, na reflexão crítica, na experiência, tendo como base o domínio e a articulação dos mais variados campos de conhecimento, o futuro licenciado estará apto a observar, analisar, executar e avaliar o ato docente e suas repercussões em aprendizagens, bem como a orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não escolares, além de atuar na organização, no funcionamento e na avaliação de sistemas e de estabelecimentos de ensino.

Nesse horizonte, procurou-se construir um Projeto Pedagógico de Curso que vise a formação do futuro docente, buscando, cada vez mais, a integração entre os conhecimentos didático-pedagógicos e os conhecimentos das ciências da educação em PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

um conjunto coeso e interdisciplinar com a educação profissional e tecnológica, permeado pela pesquisa e pelas ações de extensão.

A modalidade à distância justifica-se pela inegável transformação social que passamos e que instituem novos modos de ser e estar no mundo. Giddens (1991) aponta algumas características da sociedade contemporânea referindo-se, em primeiro lugar, à velocidade das mudanças sociais, ocasionada principalmente pelo avanço tecnológico. Em segundo, efeito da primeira característica, é a amplitude das mudanças que nos possibilita estar conectado com o mundo. Assim, mudanças de ordem econômica, social, política e cultural, dentre outras, geram desafios para a Educação no que tange à configuração de novos projetos que estejam em sintonia com as condições contemporâneas de nossa existência. Acredita-se que uma das articulações possíveis para que esta sintonia seja alcançada está na proposição de cursos realizados por meio da educação à distância.

A ampliação de cursos voltados para a formação de professores na atualidade requer o resgate da valorização social dessa profissão, especialmente em um contexto de luta constante pela qualidade e pelo direito à educação. Assim, a implantação do Curso de Pedagogia em EPT a distância está inserida em um processo de busca pela qualificação docente.

Pretende-se auxiliar na construção de uma formação crítica, criativa e inovadora capaz de estimular a produção do conhecimento e problematizar as especificidades da educação na atualidade. Entende-se que a docência hoje está diante de novos desafios, demandados pela atual “sociedade da informação” (CASTELLS, 1999). Nessa perspectiva, a garantia de aprendizagens que possibilitem a leitura e a intervenção do/no mundo bem como incorporação de diferentes conhecimentos, originários do mundo tecnológico e de diferentes culturas faz-se necessário na contemporaneidade. Além disto, o campo dos saberes vinculados à Pedagogia vem alargando-se ao longo dos anos. São teorias, propostas metodológicas, conhecimentos cientificamente construídos, que abordam a epistemologia do conhecimento e as metodologias que instrumentalizam a prática pedagógica e que necessitam ser socializados em cursos de formação de professores.

Cabe ressaltar que a concepção adotada para a realização de um curso de formação inicial de professores na modalidade à distância entende que o trabalho

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

pedagógico com as Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) implica em compreendê-las como um artefato cultural viabilizador da possibilidade de construção de ambientes de conhecimento, favorecendo a aprendizagem ativa e colaborativa. É no sentido de construirmos ambientes de aprendizagem propiciadores de processos colaborativos na formação de professores que acreditamos ser possível contribuir para uma reflexão crítica e criativa para o futuro pedagogo em seu exercício profissional.

Portanto, o curso de Licenciatura em Pedagogia em EPT na modalidade à distância buscando preencher lacunas históricas da formação de professores para a educação básica, ressaltando a peculiaridade para atuação na Educação Profissional e Tecnológica.

Este curso se apresenta como uma proposta inovadora visando suprir a carência de profissionais com uma formação que propicie os conhecimentos pedagógicos e, além disso, integre-os às especificidades da docência, gestão e serviços de apoio na EPT.

O Projeto de Formação em Rede foi uma proposta inédita de parceria entre os Institutos Federais que visou otimizar profissionais e recursos com a construção e execução do curso de forma colaborativa. Em 2021, com a dissolução da rede, cada Instituto federal envolvido seguiu com o projeto, realizando as alterações que achasse necessárias a sua região.

7. OBJETIVOS DO CURSO

São objetivos do curso de Licenciatura em Pedagogia em EPT:

7.1 GERAL:

Formar o pedagogo para exercer a docência, a gestão e o apoio escolar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Superior e em cursos de Educação Profissional e Tecnológica, bem como em outras áreas nas quais sejam necessários conhecimentos relacionados ao desempenho da prática pedagógica, em prol do exercício crítico e competente da profissão, pautado nos valores e princípios políticos, sociais e éticos, estimulando-o à pesquisa e ao aperfeiçoamento de modo a contribuir para a melhoria da educação no país.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

7.2. ESPECÍFICOS

- Preparar o pedagogo para atuar na Educação Básica, incluindo nesta a Educação Técnica e Tecnológica, e em espaços nos quais sejam necessários conhecimentos pedagógicos;
- Contribuir com a construção de uma visão abrangente do papel social, político e ético do educador;
- Explicitar uma visão histórica, investigativa e crítica do contexto e necessidades da educação brasileira;
- Formar educadores comprometidos com a educação, com o ensino e com o desenvolvimento de todos os sujeitos sob sua responsabilidade, compreendendo a integração das dimensões física, psicológica, intelectual e social;
- Contribuir para o desenvolvimento das políticas de inclusão educacional para a diversidade no espaço escolar e no mundo do trabalho, no que se refere à educação da pessoa com deficiência e de jovens e adultos;
- Abordar as teorias pedagógicas e curriculares buscando a reflexão sobre a prática, a elaboração do projeto pedagógico e curricular da instituição e o desenvolvimento de processos de organização e supervisão do trabalho educativo;
- Promover o conhecimento sobre procedimentos de investigação e diagnóstico de problemas e dificuldades de sala de aula e da escola, como subsídios para a produção de intervenções necessárias no tocante à superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- Desenvolver atitudes investigativas que conduzam à realização da pesquisa, da extensão e da inovação no ambiente educacional, por meio da promoção de projetos de pesquisa, seminários, atividades de extensão, eventos científicos, entre outros;
- Desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre o processo educacional de modo abrangente e flexível, possibilitando que a formação esteja em interface com as transformações dos contextos sociais e educacionais e em consonância com os princípios dos direitos humanos e da educação ambiental;
- Formar um profissional capaz de agir nas mais diferentes modalidades de ensino na busca de soluções dos problemas complexos da realidade educacional de forma

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

preventiva (evasão, repetência, analfabetismo, violência, entre outros), favorecendo a reflexão crítica acerca dos valores éticos que devem permear o pensar e o agir profissional;

- Propiciar conhecimento e reflexão sobre o uso de diferentes tecnologias na preparação de aulas e sequências didáticas, oferecendo fundamentação teórica e conhecimento dos principais recursos das novas tecnologias;
- Incentivar a formação contínua e a pesquisa durante o exercício de sua profissão;
- Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- Compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- Trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas.

8. PERFIL DO EGRESSO

A descrição do perfil do egresso e do campo de atuação do Curso de Licenciatura em Pedagogia em Educação Profissional e Tecnológica, elaborado em Rede pelas instituições parceiras, atende a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, de forma que o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

- Ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- Relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

- Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- Desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- Participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- Participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não escolares;
- Realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambientais-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- Utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- Estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

Além do perfil do egresso estabelecido pela Resolução supracitada, o curso de Licenciatura em Pedagogia em Educação Profissional e Tecnológica apresenta uma proposta inovadora, agregando conhecimentos relacionados à educação profissional e

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

tecnológica, que englobam uma visão ampla de educação que integra o ensino, a pesquisa e a extensão.

Conforme o Documento “Contribuições Para O Processo De Construção Dos Cursos De Licenciatura Dos Institutos Federais De Educação, Ciência E Tecnologia”, o processo de formação do professor deve propiciar aos alunos oportunidades de vivenciarem situações de aprendizagem de maneira a construir um perfil profissional adequado à formação de professores e também compatível com a possibilidade de atuação na educação profissional e tecnológica, no sentido de:

- Compreender o processo de construção do conhecimento bem como do significado dos conteúdos das suas áreas de conhecimento e de habilitação específica para a sociedade, enquanto atividades humanas, históricas, associadas a aspectos de ordem social, econômica, política e cultural;
- Estabelecer diálogo entre a área educacional, a área de conhecimento específico e as demais áreas, objetivando a articulação do processo de vivências de situações de aprendizagem na produção do conhecimento e na prática educativa;
- Apresentar domínio teórico-prático inter e transdisciplinar na perspectiva de acompanhar criticamente as mudanças que vêm ocorrendo, principalmente a partir das últimas décadas do século XX, alterando de forma significativa a realidade geossocial;
- Aplicar novas tecnologias em atendimento à dinâmica do mundo contemporâneo, tendo sempre presente a reflexão acerca dos riscos e benefícios das práticas científico-tecnológicas;
- Ter autonomia para atualização, (re)construção, divulgação e aprofundamento contínuos de seus conhecimentos científico, tecnológico e humanístico;
- Fazer a leitura do mundo, questionar a realidade na qual vive, sistematizar problemas, construir conhecimentos necessários às problematizações e buscar criativamente soluções;
- Comprometer-se com a ética profissional voltada à organização democrática da vida em sociedade;
- Valorizar a construção coletiva do conhecimento, organizando, coordenando e participando de equipes multiprofissionais, multidisciplinares e interdisciplinares;

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

- Compreender-se como profissional da educação consciente de seu papel na formação do cidadão e da necessidade de se tornar agente interferidor na realidade em que atua;
- Dialogar com a comunidade visando à inserção de sua prática educativa desenvolvida no contexto social regional, em ações voltadas à promoção da sustentabilidade;
- Desenvolver trabalho educativo centrado em situações-problema significativas, adequadas ao nível e às possibilidades dos alunos, analisando-as a partir de abordagens teóricas que buscam a interação dos diversos campos do saber, na perspectiva de superá-las;
- Desenvolver procedimentos metodológicos adequados à utilização de tecnologias aplicadas ao processo de construção de conhecimento e de ambientes de aprendizagem;
- Compreender o processo de aprendizagem, considerando as relações intra e interinstitucionais;
- Estruturar os saberes da sua área de conhecimento, buscando a interação intertemática e transdisciplinar a partir de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- Elaborar, analisar e utilizar diferentes procedimentos de avaliação do processo de aprendizagem, tendo em vista a superação da ênfase na abordagem meramente informativa/conteudista;
- Reconhecer a importância da adoção de procedimentos contínuos e sistemáticos de avaliação na perspectiva de acompanhar a aprendizagem do aluno;
- Integrar os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos, que compõem o núcleo comum de conhecimentos gerais e universais do ensino médio de uma forma geral, e aqueles relacionados às atividades técnicas de trabalho e de produção relativas ao ensino médio integrado;
- Estar alicerçado em bases científicas, nos conceitos e princípios das ciências da natureza, da matemática e das ciências humanas, presentes nas tecnologias e que fundamentam suas opções estéticas e éticas e seu campo de atuação;
- Apoiar-se em bases instrumentais relativas a linguagens e códigos, que permitem ler e interpretar a realidade e comunicar-se com ela, e em habilidades mentais, psicomotoras e de relacionamento humano;

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

- Ser capaz de compreender, de forma reflexiva e crítica, o mundo do trabalho, seus objetos e sistemas tecnológicos, e as motivações e interferências das organizações sociais pelas quais e para as quais estes objetos e sistemas foram criados e existem;
- Analisar a evolução do mundo natural e social do ponto de vista das relações humanas com os progressos tecnológicos, assim como os produtos e processos tecnológicos são concebidos, fabricados e como podem ser utilizados;
- Saber desenvolver comportamentos proativos e socialmente responsáveis com relação à produção, distribuição e consumo da tecnologia;
- Dialogar sobre métodos de trabalho dos ambientes tecnológicos e das organizações de trabalho.

Tais características possibilitam a atuação do pedagogo nos ambientes educacionais que compõem a rede de Educação Profissional, Técnica e Tecnológica.

9. DIRETRIZES LEGAIS

No âmbito da legislação, os principais referenciais legais orientadores da estruturação curricular deste PPC são:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 – LDB.
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE).
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- LEI Nº 12.014, DE 06 DE AGOSTO DE 2009. Altera o art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.
- Lei nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo diretrizes para a criação de polos e credenciamento para a oferta de cursos na modalidade a distância na Educação Básica e na Educação Superior.
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
- Portaria Normativa MEC nº 742, de 2 de agosto de 2018. Altera a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.
- Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada.
- Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- A Resolução Nº 7, de 14 de dezembro de 2010 que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
- Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

- Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.
- RESOLUÇÃO Nº 5, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2005 Inclui, nos quadros anexos à Resolução CNE/CEB nº 4/99, de 22/12/1999, como 21ª Área Profissional, a área de Serviços de Apoio Escolar.
- Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Parecer CNE/CP nº 9/2009, aprovado em 2 de junho de 2009. Esclarecimento sobre a qualificação dos Licenciados em Pedagogia antes da Lei nº 9.394/96 para o exercício das atuais funções de gestão escolar e atividades correlatas; e sobre a complementação de estudos, com apostilamento.
- Parecer CNE/CP nº 3/2007, aprovado em 17 de abril de 2007 - Consulta sobre a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, decorrentes da aprovação dos Pareceres CNE/CP nº 5/2005 e nº 3/2006, bem como da publicação da Resolução CNE/CP nº 1/2006.
- Parecer CNE/CP nº 3/2006, aprovado em 21 de fevereiro de 2006 - Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.
- Parecer CNE/CP nº 5/2005, aprovado em 13 de dezembro de 2005 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.
- PARECER Nº CNE/CEB nº 16/2005. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar. Publicado no Diário Oficial da União de 28/10/2005.
- Parecer CNE/CP 3/2004, aprovado em 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
- Portaria MEC nº 1.383, de 31 de outubro de 2017. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso de Pedagogia em EPT privilegia no binômio ensino e aprendizagem, o segundo termo, compreendendo a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo.

Do mesmo modo, concebe o currículo, importante elemento da organização acadêmica, que orienta os processos de ensino e de aprendizagem, como um espaço de formação plural, dinâmico e multicultural, fundamentado nos referenciais socioantropológicos, psicológicos, epistemológicos e pedagógicos em consonância com o perfil dos sujeitos acadêmicos.

Por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, a estrutura do curso de Pedagogia em EPT constitui-se de, conforme a Resolução CNE-CP nº 1 de 15 de maio de 2006 e a Resolução CNE-CP nº 2 de 1 de julho de 2015:

I - um núcleo de estudos de formação geral

II - um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos

III - um núcleo de estudos integradores que proporciona enriquecimento curricular.

A atividade curricular envolve de forma articulada e intercomplementar, ensino, pesquisa e extensão. O Curso busca a inserção de conhecimentos produzidos em nível de pós-graduação, bem como mantém interfaces com outros cursos, por meio de projetos interdisciplinares e na oferta de disciplinas específicas.

10.1 ESTRUTURA CURRICULAR

MEC/SETEC		
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA		
Semestre	Disciplina	CH Horas
1º SEMESTRE		
1º	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	80
	Didática na Educação Profissional e Tecnológica	90
	Pesquisa, Inovação Tecnológica e Extensão como Princípios Educativos	60
	Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação a Distância	90
	Didática Geral	90
	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação e do Trabalho	90
Total 1º Semestre		500
2º SEMESTRE		
2º	Metodologias e Estratégias de Ensino	90
	Processos Educativos e de Gestão: instituições escolares, comunitárias, assistenciais e do mundo do trabalho	60
	Organização e Gestão da Educação	60
	Libras - Língua Brasileira de Sinais	60
	Fundamentos Sociopolíticos e Econômicos na Educação	80
	Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica	60
	Seminário Integrador e Estudos Curriculares I	30
Total 2º Semestre		440
3º SEMESTRE		
3º	Metodologia da Pesquisa, Inovação e Extensão em Educação	90
	Teorias Educacionais	80
	Organização do Trabalho Pedagógico	80
	Coordenação Pedagógica	80
	Projeto Político Pedagógico	80
Total 3º Semestre		410
4º SEMESTRE		
4º	Educação Infantil	80
	Metodologias e Estratégias da Educação Infantil	60
	Metodologias e Estratégias de ensino de Atividades Recreativas	80
	Linguagem, Alfabetização e Letramento	80
	Metodologias e Estratégias de Ensino da Língua Portuguesa	60
	Seminário Integrador e Estudos Curriculares II	30
Total 4º Semestre		390
5º SEMESTRE		
5º	Metodologias e Estratégias de Ensino da História	60
	Metodologias e Estratégias de Ensino da Geografia	80
	Metodologias e Estratégias de Ensino da Matemática	60
	Metodologias e Estratégias de Ensino das Artes	80
	Metodologias e Estratégias de Ensino de Ciências	60

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

	Legislação Educacional	90
Total 5º Semestre		430
6º SEMESTRE		
6º	Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	60
	Educação de Jovens e Adultos	90
	Seminário TCC I	90
	Seminário Integrador e Estudos Curriculares III	30
	Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica – Elaboração de Projeto de Pesquisa e Extensão	90
Total 6º Semestre		360
7º SEMESTRE		
7º	Seminário TCC II	90
	Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica – Implantação de Projeto de Pesquisa e Extensão	90
	Organização Curricular e Currículo Integrado na EPT	60
	Educação Profissional	90
Total 7º Semestre		330
8º SEMESTRE		
8º	Metodologias Ativas de Aprendizagem	90
	Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica – Projeto de Pesquisa, Inovação e Extensão	90
	Seminário Integrador e Estudos Curriculares IV	90
	Seminário TCC III	90
Total 8º Semestre		360
CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS (A)		3220
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (B)		120
ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO (C)		200
ESTÁGIO CURRICULAR* (D)		420
CARGA HORÁRIA TOTAL (A+B+C+D)		3960

*O estágio curricular obrigatório totaliza 420 horas e está dividido em sete momentos diferentes que deverão acontecer na forma e no semestre conforme está estabelecido no item Estágio Supervisionado.

10.2 ESTRUTURA DOS NÚCLEOS DO CURSO

NÚCLEO DE ESTUDOS BÁSICOS (1)		
Componente curricular	CH	SEM
Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem	80	1º
Didática na educação profissional e tecnológica	90	1º
Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação a Distância	90	1º
Didática Geral	90	1º
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação e do Trabalho	90	1º
Metodologias e Estratégias de Ensino	90	2º
Organização e Gestão da Educação	80	2º

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Libras	60	2º
Fundamentos Sociopolíticos e Econômicos na Educação	80	2º
Metodologia da Pesquisa, Inovação e Extensão em Educação	90	3º
Coordenação Pedagógica	80	3º
Projeto Político Pedagógico	80	3º
Educação Infantil	80	4º
Metodologias e Estratégias da Educação Infantil	60	4º
Metodologias e Estratégias de ensino de Atividades Recreativas	80	4º
Linguagem, Alfabetização e Letramento	80	4º
Metodologias e Estratégias de ensino da Língua Portuguesa	60	4º
Metodologias e Estratégias de ensino da História	60	5º
Metodologias e Estratégias de ensino da Geografia	80	5º
Metodologias e Estratégias de ensino da Matemática	60	5º
Metodologias e Estratégias de ensino das Artes	80	5º
Metodologias e Estratégias de ensino de Ciências	60	5º
Legislação Educacional	90	5º
Educação especial na perspectiva inclusiva	60	6º
Educação de Jovens e Adultos	90	6º
Organização Curricular e Currículo Integrado na EPT	60	7º
Educação Profissional	90	7º
Metodologias Ativas de Aprendizagem	90	8º

NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS (2)		
Componente curricular	CH	SEM
Pesquisa, Inovação Tecnológica e Extensão como princípios educativos	60	1º
Processos educativos e de gestão: instituições escolares, comunitárias, assistenciais e do mundo do trabalho	60	2º
Teorias Educacionais	80	3º
Organização do Trabalho Pedagógico	80	3º
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES (3)		
Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica	330	2º, 6º, 7º, 8º
Seminário TCC	270	6º, 7º, 8º
Seminário integrador e estudos curriculares	180	2º, 4º, 6º, 8º
Estágios Supervisionados		
Estágio Supervisionado na área da Gestão Escolar	60	3º
Estágio Supervisionado na Educação Infantil	60	4
Estágio Supervisionado nos anos iniciais do Ensino Fundamental	60	5º
Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos	60	6º

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Estágio Supervisionado na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar	60	7º
Estágio Supervisionado na Educação Profissional	60	7º
Estágio Supervisionado em Formação Pedagógica	60	8º

10.3 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A Prática como Componente Curricular – PCC, figura tanto como propósito formativo, quanto como princípio metodológico, reforçando, ao longo das vivências curriculares, a articulação entre os fundamentos teórico-conceituais e as vivências profissionais, com ênfase no domínio dos princípios didático-pedagógicos indispensáveis ao ofício docente. Distinguindo-se da prática de ensino e do estágio obrigatório, esse componente curricular é considerado como portador de uma dimensão reflexiva da prática, como um elemento que articula teoria e prática, de modo que não se desvalorizem os conhecimentos teóricos e muito menos os conhecimentos advindos da experiência prática, devendo, portanto, estar presentes ao longo de todo o curso.

Assim, entende-se a PCC neste projeto, como o conjunto de atividades formativas que devem possibilitar aos educandos mobilizar e colocar em prática seus conhecimentos, bem como desenvolver procedimentos e estratégias próprios ao exercício da docência, com possibilidades de desenvolvimento por meio de mostras científicas, seminários, oficinas, apresentações artísticas-culturais, produção de vídeo-aulas, web-conferências, entre outros.

Nesse horizonte, a PCC são atividades acadêmicas a serem desenvolvidas pelos estudantes sob orientação, supervisão e avaliação docente. Tais atividades são realizadas com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão dos processos de ensino e aprendizagem, de forma contextualizada e complementar à formação do estudante, visando ao registro e a resolução de situações-problemas.

No Curso de Licenciatura em Pedagogia - EPT, a PCC corresponde a um total de 405 horas, distribuídas nos seguintes componentes curriculares:

SEMESTRE	DISCIPLINA	CH PCC	CH TOTAL
2º	Seminário integrador e estudos curriculares I	30	30

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

4º	Seminário integrador e estudos curriculares II	30	30
6º	Seminário integrador e estudos curriculares III	30	30
8º	Seminário integrador e estudos curriculares IV	90	90
4º	Metodologias e Estratégias da Educação Infantil	15	60
3º	Projeto Político Pedagógico	15	80
4º	Metodologias e Estratégias de ensino da Língua Portuguesa	15	60
4º	Metodologias e Estratégias de ensino de Atividades Recreativas	15	80
5º	Metodologias e Estratégias de ensino da Matemática	15	60
5º	Metodologias e Estratégias de ensino de Ciências	15	60
5º	Metodologias e Estratégias de ensino da História	15	60
5º	Metodologias e Estratégias de ensino da Geografia	15	80
5º	Metodologias e Estratégias de ensino das Artes	15	80
6º	Educação de Jovens e Adultos	30	90
7º	Educação Profissional	30	90
8º	Metodologias Ativas de Aprendizagem	30	90
CARGA HORÁRIA TOTAL DE PCC		405	

Importante trazer o conceito de PCC do Parecer CNE/CES nº 15/2005

[...] a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso.

Neste curso a PCC será desenvolvida nos Seminários Integradores com caráter interdisciplinar e, parcialmente, nas disciplinas que tratam as metodologias e as especificidades educacionais as quais são objeto do curso de Pedagogia.

Desse modo, ao considerar que sem a mediação da transposição didática, a aprendizagem e a aplicação de estratégias e procedimentos de ensino tornam-se abstratas, dissociando teoria e prática, a PCC permeará todo o curso com o objetivo de que o futuro professor seja capaz tanto de selecionar conteúdos como o de eleger as estratégias mais adequadas para a aprendizagem dos alunos, considerando sua diversidade.

10. 4. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

O Estágio Supervisionado caracteriza-se como atividade integradora das dimensões teórico-práticas do currículo, articulando de forma interdisciplinar os conteúdos das diferentes disciplinas e constituindo-se como interface entre a vida escolar e a vida profissional dos estudantes.

O Estágio Curricular Supervisionado deverá promover a interação do licenciando com a realidade escolar, promovendo a vivência nos diferentes momentos pedagógicos da escola. Constitui-se como o momento de relacionar a teoria com a prática, de articular o estudado com o vivenciado.

Nos diferentes momentos do estágio, o licenciando deverá participar do cotidiano escolar através da observação, planejamento, desenvolvimento e avaliação das mais diversas atividades, sempre em articulação com a teoria e o acompanhamento de docente orientador.

Nessa perspectiva, o estágio constitui-se como uma atividade acadêmico-pedagógica planejada, tendo como foco a reflexão propositiva e reconstrutiva dos variados saberes profissionais. A matriz curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia em EPT contempla o Estágio Supervisionado, de caráter obrigatório, integrando a carga horária mínima estabelecida para o curso. O Estágio Supervisionado terá duração mínima de 420 horas, devendo ser realizado a partir do 3º semestre do curso. Para realização do Estágio supervisionado, o aluno deverá estar regularmente matriculado.

Para que o Estágio curricular Obrigatório seja efetivado, é necessário que se oficialize convênio entre a IEs e as escolas da Rede Básica de Ensino, sendo este o locus de realização do estágio. As atividades relacionadas ao estágio deverão trazer resultados relevantes tanto para o licenciado como para a escola que o acolhe no desenvolvimento desta etapa, sempre em articulação teoria-prática.

Os estágios supervisionados devem ser planejados, executados e avaliados em conformidade com o Regulamento de Estágio do IFMT – Cuiabá/Cel. Octayde Jorge da Silva e o Regulamento Didático do IFMT (2020). A carga horária do Estágio Supervisionado, conforme a matriz curricular encontra-se distribuída nas áreas de conhecimento contempladas no curso da seguinte forma:

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Período letivo	Estágio Supervisionado em:	Carga horária
3º Semestre	Gestão Escolar	60 horas
4º Semestre	Educação Infantil	60 horas
5º Semestre	Anos iniciais do Ensino Fundamental	60 horas
6º Semestre	Educação de Jovens e Adultos	60 horas
7º Semestre	Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar	60 horas
	Educação Profissional	60 horas
8º Semestre	Formação Pedagógica	60 horas
Carga horária total de estágio supervisionado:		420 horas

A seguir, são descritas as propostas pedagógicas de estágio supervisionado, a serem desenvolvidas em cada semestre:

3º Semestre: Estágio Supervisionado na área de Gestão Escolar

O estágio supervisionado na área de Gestão Escolar deverá ser realizado no 3º semestre, proporcionando a ambientação do graduando ao espaço escolar, por meio da análise da organização e funcionamento escolar, das atribuições da coordenação pedagógica e da gestão escolar.

O estagiário deverá cumprir suas horas de estágio por meio do conhecimento e análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, da observação, acompanhamento e participação nas atividades de planejamento, conselhos de classe e reunião de colegiados, reuniões pedagógicas com docentes e pais, de maneira a subsidiar o estudo e a análise crítica da gestão escolar.

Para auxiliar no desenvolvimento desta etapa, indicam-se subsídios na seguinte literatura:

PARO, Vitor H. **Diretor escolar: educador ou gerente?** v.56. (Coleção questões da nossa época). [Digite o Local da Editora]: Cortez, 2015. E-book. ISBN 9788524923845. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524923845/>. Acesso em: 11 out. 2022.

TOLEDO, Margot D. **Gestão da Educação – Pública e Privada.** [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. ISBN 9788522123780. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123780/>. Acesso em: 11 out. 2022.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

VEIGA, I. P. (org). **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2001.

4º Semestre: Estágio Supervisionado na Educação Infantil

No quarto semestre, o Estágio Supervisionado contemplará a vivência da atividade docente em uma perspectiva interdisciplinar com crianças da educação infantil.

Nesta etapa, o graduando articulará os saberes acadêmicos, específicos e pedagógicos inerentes às concepções do desenvolvimento infantil aos saberes da experiência na formação profissional, investigando os aspectos cognitivos, sociais, afetivos que implicam no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, construindo e fortalecendo a identidade docente por meio da inserção no cotidiano escolar por intermédio da observação, planejamento e regência na Educação Infantil.

Para auxiliar no desenvolvimento desta etapa, indicam-se subsídios na seguinte literatura:

HELM, Judy H.; BENEKE, Sallee. **O poder dos projetos: novas estratégias e soluções para a educação infantil**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2005. E-book. ISBN 9788536312781. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536312781/>. Acesso em: 07 out. 2022.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em educação infantil**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 1998. E-book. ISBN 9788536310701. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536310701/>. Acesso em: 07 out. 2022.

5º Semestre: Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

No quinto semestre, o Estágio Supervisionado deve inserir o graduando no cotidiano escolar do magistério nos anos iniciais do ensino fundamental, possibilitando a familiarização com o planejamento, desenvolvimento e avaliação da proposta pedagógica, articulando os conhecimentos adquiridos ao longo do curso com o desempenho das diferentes tarefas inerentes ao trabalho docente no ambiente escolar.

Neste estágio, o estudante deverá observar o cotidiano da escola, principalmente

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

das séries iniciais, planejar e desenvolver atividades de regência nas diversas áreas de conhecimento, mantendo sempre diálogo com seu professor orientador para avaliação do desenvolvimento das atividades.

Para auxiliar no desenvolvimento desta etapa, indicam-se subsídios na seguinte literatura:

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

VICKERY, Anitra. **Aprendizagem Ativa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2016. E-book. ISBN 9788584290697. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584290697/>. Acesso em: 11 out. 2022.

6º Semestre: Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos

No sexto semestre, o estágio supervisionado visa à construção e ao fortalecimento da identidade docente por meio da inserção do graduando no cotidiano escolar da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O estágio deve articular os saberes específicos e pedagógicos à experiência da atividade docente, possibilitando ao graduando o contato com a proposta curricular da EJA, cujos processos de ensino e aprendizado são diferenciados, visando atender o público jovem e adulto que não teve acesso ao ensino fundamental na idade considerada apropriada.

Para auxiliar no desenvolvimento desta etapa, indicam-se subsídios na seguinte literatura:

ALMEIDA, Maria Isabel D.; PIMENTA, Selma G. **Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos**. [Digite o Local da Editora]: Cortez, 2015. E-book. ISBN 9788524924026. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524924026/>. Acesso em: 11 out. 2022.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

MORAIS, Artur Gomes D.; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia D.; LEAL, Telma F. **Alfabetizar letrando na EJA - Fundamentos teóricos e propostas didáticas.** [Digite o Local da Editora]: Grupo Autêntica, 2010. E-book. ISBN 9788582178140. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582178140/>. Acesso em: 11 out. 2022.

7º Semestre: Estágio Supervisionado na Educação Profissional na área de Serviços e de Apoio Escolar

A área de Serviços e Apoio Escolar compreende atividades em nível técnico, de planejamento, execução, controle e avaliação de funções de apoio pedagógico e administrativo nas escolas, possibilitando a articulação dos saberes acadêmicos, específicos e pedagógicos, e dos saberes da experiência na formação profissional.

Assim, no 7º semestre, o estudante terá contato com o espaço escolar da educação profissional, de forma a compreender os processos de gestão de serviços e apoio escolar desta modalidade de ensino, sobretudo: a gestão democrática do espaço escolar, organização, planejamento e financiamento educacional; a avaliação institucional; a construção do projeto pedagógico na EPT; a construção do currículo na perspectiva da integração entre educação e educação profissional; a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Para auxiliar no desenvolvimento desta etapa, indicam-se subsídios na seguinte literatura:

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola.** São Paulo: Cortez, 2011.

FRIGOTO Gaudêncio. CIAVATA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

7º Semestre: Estágio Supervisionado na Educação Profissional

Também no 7º semestre, o estudante terá contato com o cotidiano escolar em instituição de educação profissional, vivenciando a estrutura de funcionamento da Educação Profissional e Tecnológica e os programas e projetos governamentais

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

desenvolvidos no âmbito dessa modalidade de ensino, identificando os pressupostos teórico-metodológicos do processo ensino-aprendizagem na educação profissional, que envolvem a compreensão do trabalho como princípio educativo.

Para auxiliar no desenvolvimento desta etapa, indicam-se subsídios na seguinte literatura:

ARAÚJO, Clarines Hames, Lenir Basso Zanon, Maria Cristina Pansera D. **Currículo Integrado, Educação e Trabalho**. [Digite o Local da Editora]: Editora Unijuí, 2021. E-book. ISBN 9786586074956. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586074956/>. Acesso em: 07 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p.1, 30/12/2008.

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**, São Paulo: Cortez, 2002.

8º Semestre: Estágio Supervisionado em Formação Pedagógica

No último semestre, o estudante realizará seu estágio no âmbito da Formação Pedagógica, visando à construção e fortalecimento da identidade docente por meio da inserção no cotidiano da formação pedagógica de professores, possibilitando a articulação dos saberes acadêmicos, específicos e pedagógicos, e dos saberes da experiência na formação do professor.

O Estágio Supervisionado deverá ser realizado em ambiente educacional tendo em vista a proposta de formação e a natureza da área de atuação profissional do egresso.

Para auxiliar no desenvolvimento desta etapa, indicam-se subsídios na seguinte literatura:

DARLING-HAMMOND, Linda; BRANSFORD, John. **Preparando os Professores para um Mundo em Transformação: O Que Devem Aprender e Estar Aptos a Fazer**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788584291809. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584291809/>. Acesso em: 15 out. 2022.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

FREITAS, Maria Teresa de A. **Cibercultura e formação de professores**. [Digite o Local da Editora]: Grupo Autêntica, 2009. E-book. ISBN 9788582176474. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582176474/>. Acesso em: 11 out. 2022.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

10.5. OFICINAS E SEMINÁRIOS INTEGRADORES

Em uma tradução livre podemos definir que os Seminários (viveiro de novas sementes, propagação de algo) Integradores (constituir um todo, combinação de partes) dentro do Curso de Pedagogia – EPT representam o lócus (lugar específico) de integrarmos (junção, combinação) de todas as ideias, os saberes e conhecimentos apreendidos pelas disciplinas e vivências durante o percurso formativo do curso.

E por se tratar de um curso na modalidade EaD quando falamos de lugar específico, queremos ampliar o conceito de espaço/tempo para além do lugar físico, território palpável de um modelo de educação, na qual temos os resquícios do modelo de escola tradicional e pensar nas múltiplas possibilidades de que os seminários integradores sejam este momento, lugar de combinação e divulgação de saberes/conhecimentos também por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC e potencialidades da EaD . Assim os Seminários Integradores, fazendo parte do Núcleo de Estudos Integradores juntamente com as Oficinas de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica e os Seminários de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, serão o momento ímpar de socialização e percepção dos aprendizados de cada semestre formativo, possibilitando efetivamente uma prática inter/trans/multidisciplinar no qual as disciplinas “saem de suas caixas” e se desvelam enquanto conhecimentos necessários para a prática profissional.

Neste sentido, o Seminário Integrador I (2º semestre) abordará as bases conceituais da pedagogia e das disciplinas trabalhadas nos dois primeiros semestres de curso, sendo o momento da socialização destes conhecimentos (científicos) que muitas vezes são ‘desconhecidos’ até a inserção no ensino superior.

Da mesma maneira, em uma tradução livre podemos afirmar que as Oficinas

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

dentro do Curso de Pedagogia – EPT retoma a origem da palavra que vem de ‘ofício’, que significa uma ocupação específica/trabalho regular, mas também como sinônimo de atividade prática que exige uma habilidade específica. As Oficinas de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica muito além de uma dimensão teórica se propõe a ser algo prático com uma habilidade específica. A oficina para ensinar a linguagem científica e tecnológica, sendo indissociável a teoria e prática do campo de conhecimento.

A I Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica que ocorre também no segundo semestre irá abordar justamente as normativas e regras dos textos acadêmicos com base na Associação Brasileira de Normas Técnicas como forma de familiaridade com esta ‘nova’ linguagem científica o que contribuirá posteriormente com o Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (no sexto semestre) que irá preparar na prática a elaboração do Pré-Projeto de Pesquisa e/ou de TCC.

O Seminário Integrador II (4º semestre) tem como objetivo principal a elaboração do memorial descritivo sobre a reflexão das vivências pessoais e profissionais de cada estudante, sendo um exercício de escrita científica que contribuirá com a II Oficina de Iniciação Científica e Tecnológica – Elaboração de Projeto de Pesquisa e Extensão (6º semestre), no qual os discentes deverão elaborar seus projetos de pesquisa e TCC e apresentá-los em formatos de painel, banner, integrando-se também com o Seminário de TCC I (6º semestre).

O Seminário Integrador III (6º semestre) constituirá o momento da reflexão sobre o ‘ser professor’ e o levantamento de temáticas da realidade escolar, assim como a socialização das experiências e projetos exitosos realizados nas escolas, podendo também divulgar os Projetos Intervenção Pesquisa/Extensão, nos quais se integrará posteriormente (uma preparação para) com a III Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica – Elaboração de Projetos de Pesquisa e Extensão (7º semestre). Sendo o momento de implantação dos seus TCCs no qual os mesmos coletarão dados e farão as sistematizações das investigações científicas, culminando no Seminário de TCC II no qual os discentes deverão divulgar estes resultados parciais do que desenvolveram.

Ao final do percurso formativo no 8º semestre, o Seminário Integrador IV tem como objetivo específico o pensar a atuação docente e gestão dentro da Educação Profissional e Tecnológica – EPT e tem a proposição de que os discentes possam PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

apresentar e divulgar os projetos de intervenção pedagógica e/ou extensão/ inovação desenvolvidos nos anos anteriores.

Já que os outros componentes integradores focaram especificamente na dimensão da pesquisa e do TCC, ao se mirar para a dimensão da extensão/ inovação há o fortalecimento do tripé institucional, em consonância com IV Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica – Projeto de Pesquisa, Inovação e Extensão. E o Seminário TCC III como momento de organização, defesas dos TCC e de apresentações destes projetos, já que os TCC tem diversas possibilidades e formatos de trabalho acadêmico.

10.5.1. OFICINAS

As Oficinas integrantes da Estrutura Curricular serão desenvolvidas conforme organização a seguir e considerando as Ementas do Apêndice A.

Oficinas de Projeto de Iniciação Científica e Tecnológica	
2º Semestre	60 horas
Objetivo:	A base conceitual para o estudo da estrutura metodológica do pré-projeto de pesquisa. Etapas da construção do projeto. Métodos e técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa. O pré-projeto de pesquisa. A importância da pesquisa no processo de intervenção social.
Atividades	Construção do pré-projeto de pesquisa de maneira prática, evidenciando objeto, problema, referencial teórico e metodoloiga

Oficinas de Projeto de Iniciação Científica e Tecnológica – Elaboração de Porjeto de Pesquisa e Extensão	
6º Semestre	90 horas
Objetivo:	Instrumentalização do modelo do projeto, de acordo com as normativas e regras de elaboração de textos acadêmico-científicos, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Elaboração de citações, referências, notas de roda-pé; Referências de documentos e outras fontes de informações: vídeos, documentos eletrônicos, iconografias, etc.
Atividades	elaboração do projeto de pesquisa com foco nas normativas da abnt e apresentação do projeto (banner, painel, entre outros)

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Oficinas de Projeto de Iniciação Científica e Tecnológica – Implantação de Projeto de Pesquisa e Extensão	
7º Semestre	90 horas
Objetivo:	A coleta de dados enquanto aplicação e execução da pesquisa (empírica, teórica ou de campo) integrando todos os componentes/elementos do projeto de pesquisa, fortalecendo a integração teoria/prática.
Atividades	aplicação da pesquisa (empírica, teórica ou de campo) socializando os resultados prévios encontrados na pesquisa e/ou projetos de intervenção pedagógica, extensão.

Oficinas de Projeto de Iniciação Científica e Tecnológica – Projeto de Pesquisa e Extensão	
8º Semestre	90 horas
Objetivo:	A importância dos processos de inovação e extensão como eixo integrador de todos os componentes curriculares, fortalecendo a integração teoria/prática.
Atividades	Construção de um projeto de extensão e/ou inovação utilizando-se da elaboração de projetos interdisciplinares com foco na Educação Profissional e Tecnológica – EPT e/ou na Educação Básica.

10.5.2. SEMINÁRIOS INTEGRADORES

Os Seminários Integradores desenvolvidos nos semestres pares serão desenvolvidos conforme organização a seguir e a Ementas contidas no Apêndice A.

Seminário Integrador e Estudos Curriculares I	
2º Semestre	30 horas
Objetivo:	Compreensão das bases conceituais da educação e articulação com a produção do pré-projeto de pesquisa
Atividades	Socialização e apresentação dos conceitos apreendidos durante o primeiro ano do curso por meio de portfólios, banner, pôster, painel, apresentações artísticas-culturais, entre outras.

Seminário Integrador e Estudos Curriculares II	
4º Semestre	30 horas
Objetivo:	Atividades de integração curricular com objetivo de divulgação e apresentação das principais ideias/conceitos/temas abordados dentro das disciplinas, desenvolvidas no segundo ano da Licenciatura.
Atividades	Produção de memorial descritivo

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Seminário Integrador e Estudos Curriculares III	
6º Semestre	30 horas
Objetivo:	Atividades de integração curricular mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas no terceiro ano da Licenciatura com o objetivo de refletir sobre: o ser professor na atualidade e suas práticas, o pensar e refletir do ser professor.
Atividades	Levantamento de temáticas da realidade escolar para elaboração de proposta de um projeto de intervenção de caráter pedagógico e/ou extensionista de acordo com a realidade. Levantamento de projetos, experiências e práticas de professores exitosas das escolas.

Seminário Integrador e Estudos Curriculares IV	
8º Semestre	30 horas
Objetivo:	Atividades de integração curricular, mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas no quarto ano da Licenciatura. Pensar a atuação e gestão na Educação Profissional e Tecnológica - EPT e da Educação Básica.
Atividades	Apresentação e divulgação dos projetos de intervenção pedagógica e/ou de extensão/ inovação desenvolvidas durante a segunda metade do curso

10.6. ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO

O Curso de Licenciatura em Pedagogia prevê o cumprimento de 200 horas de experiências extracurriculares como Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento com o objetivo de enriquecer a qualificação acadêmica e profissional dos estudantes. Estas atividades vinculam-se ao “Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular” apontado na Resolução CNE/CP Nº 2/2015 ou ao “Núcleo de Estudos Integradores”, conforme Resolução CNE/CP Nº 1/2006, e objetivam promover a flexibilização curricular, permitindo a articulação entre teoria e prática, além de estimular a educação continuada dos egressos do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Cumprindo com a função de enriquecer os processos de ensino e de aprendizagem, as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento devem ser cumpridas pelo estudante desde o seu ingresso no Curso, totalizando a carga horária estabelecida na matriz

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

curricular, em conformidade com o perfil de formação previsto no Projeto Pedagógico de Curso.

Para integralizar as 200h, o estudante deverá considerar as diferentes atividades descritas quadro 1.

QUADRO 1 - ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA POR ATIVIDADE	LIMITE MÁXIMO	COMPROVAÇÃO
Projeto ensino de	Participação em projetos de ensino na área de educação	20 horas	60 horas	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
Projeto extensão de	Participação em projetos de extensão na área de educação	20 horas	60 horas	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
Evento científico	Participação em eventos internos	10 horas	40 horas	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
Evento científico	Organização de eventos internos	15 horas	60 horas	Declaração, portaria e/ou certificado emitido pela Instituição
Evento científico	Participação em eventos externos	20 horas	80 horas	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
Ensino, Pesquisa Extensão e	Apresentação de trabalho científico em eventos com publicação nos Anais	20 horas	60 horas	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
Pesquisa Extensão e	Participação em Projeto de Pesquisa e Extensão	15 horas	60 horas	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Representação estudantil	Colegiado e Representação de Classe	20 horas (por mandato)	40 horas	Declaração, portaria e/ou certificado emitido pela Instituição
Curso	Participação em curso e/ou oficina relacionado à área de educação	15 horas	60 horas	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
Curso	Ministrante de curso e/ou oficina relacionado à área de educação	20 horas	80 horas	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
Trabalhos publicados em revistas indexadas	Publicação de artigos científicos na área de educação em revistas impressas ou eletrônicas	40 horas	80 horas	Cópia da publicação
Trabalhos publicados em revistas não indexadas	Publicação de artigos científicos na área de educação em revistas impressas ou eletrônicas	20 horas	40 horas	Cópia da publicação
Trabalhos publicados em livros	Publicação de capítulo de livros impressos ou eletrônicos em área de educação	30 horas	60 horas	Cópia da publicação
Atividades culturais	Atuação em filmes, vídeos, peça teatral, exposição, espetáculos de dança e música, entre outros	10 horas	40 horas	Declaração emitida pela Instituição promotora

10.7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso deve apresentar o resultado de estudo, expressando o conhecimento desenvolvido pelo estudante ao longo do curso, resultante de pesquisa decorrentes de aprofundamento em temas específicos, diretamente relacionados aos conteúdos trabalhados nos componentes curriculares,

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

preferencialmente relacionados com a realidade na qual está inserido

Considerando a concepção curricular do curso, prevê-se a realização de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como unidade curricular obrigatória, podendo ser desenvolvido, conforme Parecer CNE/CP nº 29 de 3 de dezembro de 2002, sob a forma de monografia, projeto, artigo científico, análise de casos, performance, portfólio, produção artística, desenvolvimento de recursos e tecnologias educacionais, relatórios, objetos de aprendizagens, entre outros.

Ficará a critério do Colegiado de Curso definir a(s) forma(s) de TCC, seus critérios de elaboração, apresentação e avaliação. A escolha do formato de TCC deverá ser avaliada a cada nova oferta do curso e, sendo necessário, redefinida de acordo com o contexto educacional.

O TCC geralmente inicia-se com a identificação do objeto de estudo ou situação-problema do interesse do aluno durante o curso, sendo momento privilegiado para tal o desenvolvimento das disciplinas de Seminário Integrador e Estudos Curriculares, assim como das Oficinas de Projeto de iniciação Científica e Tecnológica.

O desenvolvimento do TCC coincide com o estudo das disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I, II e III, componentes estes que instrumentalizam o graduando a desenvolver uma pesquisa científica que culminará na elaboração do TCC.

Como estratégia de socialização do conhecimento produzido, o aluno será estimulado a apresentar o seu TCC em eventos técnico-científicos e culturais no âmbito local, regional e nacional e internacional, bem como a transformá-lo em artigo para publicação em periódicos de circulação local, regional, nacional e internacional.

Componente Curricular	Semestre	CH	Principal objetivo
Seminário TCC I	6º	90	Elaborar Pré Projeto de Pesquisa
Seminário TCC II	7º	90	Elaborar Projeto de Pesquisa
Seminário TCC III	8º	90	Elaborar/finalizar TCC

11.PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Os procedimentos metodológicos terão por finalidade desenvolver competências e possibilitar a construção de conhecimentos de forma criativa para a resolução de situações - problemas detectados na dinâmica da prática social e produtiva.

A metodologia será desenvolvida de forma a contemplar aspectos envolvidos nas competências cognitivas, psicomotoras e sócio-afetivas, dando ênfase à contextualização e à prática, com conteúdos que constituirão as bases científico-tecnológicas do período letivo, articulados e integrados entre si, para o desenvolvimento de competência da área ou outras de conhecimento, visando a garantir a interdisciplinaridade, conforme artigo 40 da Lei 9.394/96.

A metodologia a ser desenvolvida colocará o educando como centro da ação pedagógica desencadeada por desafios, situação-problema e recorrendo a projetos monitorados, orientados e avaliados pelo educador, possibilitando:

- a. Estabelecer uma relação entre aprendizagem e função social;
- b. Maior integração entre o que se aprende e o que se vive;
- c. Uma produção coletivizada do saber possibilitando superar a fragmentação dos conhecimentos e a aprendizagem mecânica;
- d. Desenvolver e fortalecer a aprendizagem significativa;
- e. Promover o movimento do ensinar/aprender no educando e no educador;
- f. Reduzir o isolacionismo da instituição diante da realidade sociocultural.

Segundo MORAN (2007) as redes digitais possibilitam organizar o ensino e a aprendizagem de forma mais ativa, dinâmica e variada, privilegiando a pesquisa, a interação e a personalização dos estudos em múltiplos espaços e tempos presenciais e virtuais.

Desta forma, a concepção de um curso de formação pedagógica à distância tem peculiaridades que a distinguem da modalidade presencial, supondo-se um tipo de ensino em que o foco está em cada estudante e não na turma. Este estudante deve ser considerado como um sujeito do seu aprendizado, desenvolvendo autonomia e independência em relação ao professor, que o orienta no sentido do “aprender a aprender e aprender a fazer”.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Os materiais didáticos devem ser pensados e produzidos dentro das especificidades da Educação à Distância e da realidade do estudante para o qual o material está sendo elaborado. No entanto, é preciso considerar o avanço dos meios informáticos e digitais, sobretudo como uma tecnologia que facilita a comunicação, a troca e a aquisição de informação. É neste sentido que não se pode abrir mão de projetar a elaboração de materiais para web, ou a utilização de mídias digitais, que garantam a participação, a aprendizagem, a permanência e o êxito acadêmico.

O material a ser utilizado ao longo do curso, será elaborado pelos professores, juntamente com a equipe pedagógica e disponibilizado em diversos formatos, de acordo com a necessidade do acadêmico. Poderão ser utilizados, ainda, os materiais já produzidos no âmbito da Educação à Distância, através de vários fomentos, e disponibilizados em seus repositórios.

A Educação à Distância vem apontando para a necessidade do estudo colaborativo e/ou cooperativo. O uso das tecnologias de informação e comunicação vem desempenhando papel fundamental, porém, nos espaços em que, ainda, não é possível usá-las completamente, há que se propor alternativas dentro dos modelos tradicionais de tutoria e material impresso.

As mediações entre alunos e tutores ocorrem, ao longo do curso, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ou presencialmente nos polos com os tutores presenciais. A presença e disponibilidade do tutor têm sido importante não somente como elemento motivador, mas também como estratégia de diminuição da evasão. Um papel que a tutoria vem sendo chamada a desempenhar é o de espaço de articulação e suporte ao estudo cooperativo, de modo a garantir a construção coletiva do conhecimento. A rotina do curso envolve estratégias que devem ser encabeçadas pela equipe que o constitui:

- Será disponibilizado um calendário acadêmico com datas de início e fim das disciplinas e dos semestres.

- Todos os componentes devem ser apresentados na Plataforma Moodle AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), divididos em semanas, de acordo com o calendário. Antes da disponibilização para os alunos, o professor responsável pela elaboração da disciplina, fará uma reunião on-line com tutores presenciais e à distância, delineando todos os procedimentos que devem ser adotados pela equipe.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

- No AVA deverá ter um espaço comum, uma comunidade de aprendizagem, em rede, entre professores/acadêmicos, acadêmicos/tutores e acadêmicos/acadêmicos, sob os princípios da cooperação, respeito e autonomia, de modo a alcançar os objetivos propostos.

- A relação dialógica, base da Comunidade de Aprendizagem, seja presencial ou mediada pelas tecnologias, deverá ser exercício permanentemente praticado por todos os participantes, num processo de desenvolvimento capaz de conduzir os diferentes sujeitos aprendizes a uma unidade de ação, tornando-os engajados na tessitura dessa rede real e virtual de todos os envolvidos no curso. O desafio maior do curso é a produção de um novo conhecimento, a pesquisa constitui-se como dimensão de aprendizagem, considerados os indivíduos na sua inserção sociocultural.

- Os procedimentos metodológicos específicos (leituras/atividades/ participação nos fóruns de discussão/ consultas a Banco de Dados e endereços selecionados) serão adotados de acordo com a natureza do objeto de estudo de cada disciplina. As comunicações, ao longo do curso, serão midiáticas: no ambiente Internet, via correio eletrônico, fóruns de discussão, e-mails, whatsapp, fóruns presenciais, entre outros, com plantão de docentes e tutores, on-line e nos polos, em horários previamente estabelecidos.

- Considerando a natureza singular da interação presencial, os Encontros Presenciais, com objetivo integrativo na produção de conhecimento, serão obrigatórios e realizados ao longo do curso, buscando oportunizar as vivências próprias para consolidação da Comunidade de Aprendizagem em rede. O professor poderá participar destes encontros presencialmente ou mediados pela tecnologia via videoconferência.

- Cada disciplina deverá propor suas atividades à distância, privilegiando a troca de informações e experiências entre os participantes, com o objetivo de construir uma rede colaborativa de aprendizagem. Para tanto, as atividades serão instigadoras, desafiando os participantes a resolverem, coletivamente, questões-problema relacionadas à prática pedagógica. Os participantes deverão fazer uso dos espaços coletivos do Ambiente Virtual de Aprendizagem para interagir dialogicamente.

- Os acadêmicos poderão se dirigir ao polo presencial ou ao IFMT - campus Octayde Jorge da Silva, sempre que acharem necessário, onde encontrarão laboratórios PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

de informática conectados à internet e biblioteca, para que possam executar as atividades propostas pelos professores. No caso de se dirigirem aos seus polos de origem, ainda poderão contar com o auxílio dos tutores presenciais, mediante agendamento prévio.

11.1 CORPO DOCENTE

Os professores compõem uma equipe qualificada com formação continuada, aptos a ministrarem aulas. Utilizarão estratégias para despertar a criatividade e autonomia dos estudantes, criando um ambiente de aprendizagem coletivo com debates e discussões, tornando as aulas mais dinâmicas e interessantes, oferecendo a todos a possibilidade de serem sujeitos ativos da aprendizagem.

Quando o curso for ofertado pelo programa UAB todos professores, bem como os tutores, serão selecionados por meio de edital específico. Caso haja necessidade, serão organizados programas de capacitação, voltados para a modalidade à distância e o uso das tecnologias educacionais.

QUADRO 02: CORPO DOCENTE IFMT - CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA EPT

Nome	Função	Formação
Cristiano Pereira da Silva DOUTOR	Professor	Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (1996-1999). Mestrado em Agronomia - Sistema de Produção Vegetal pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/FEIS/SP. Doutorado em Agronomia - Sistema de Produção Vegetal pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/FCA/SP.
Eloisa Rosana de Azeredo DOUTORA	Professora	Possui Graduação em Pedagogia-Orientação Educacional pela Universidade Luterana do Brasil-ULBRA (2006); Especialização em Psicopedagogia pela UCB-RJ (2007); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso-UFMT (2013); Doutorado em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, pela Universidade de Coimbra – Portugal.
Emerson Souza Miler	Professora	Graduação em LICENCIATURA EM LETRAS pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2002); Especialização em LINGUÍSTICA pelo Instituto Cuiabano de

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

MESTRE		Educação (2005); Mestrado em EDUCAÇÃO pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2017).
Geison Jader Mello DOUTOR	Professor	Possui Licenciatura Plena em Ciências Naturais e Matemática - Habilitação em Física (2008), Mestrado (2010) e Doutorado (2013) ambos pelo Programa de Pós-Graduação Física Ambiental (PGFA), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
Gisele Meire Tita Nazário da Silva MESTRE	Professor	Possui Graduação em Língua Portuguesa e Inglesa e respectivas Literaturas pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2006), Especialização em Relações Raciais e Educação na Sociedade Brasileira pelo Núcleo de Pesquisas em Relações Raciais - NEPRE/UFMT (2013). Mestrado em Letras (ProfLetras) pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2015).
João Rafael Alves DOUTOR	Professor	Possui Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Viçosa (2011). Tem Mestrado (2014) e Doutorado (2019) em Modelagem Computacional pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).
Juliana Fonseca Antunes DOUTORA	Professora	Possui graduação em Ciência da Computação pela Universidade de Cuiabá (2001), especialização em Redes de Computadores pela Universidade de Cuiabá (2003), mestre em Ciência da Computação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2009) e doutora em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual Paulista Campus Ilha Solteira (2013).
Leandra Costa Ferreria Duarte ESPECIALISTA	Professora	Especialista em Tradução e Interpretação em LIBRAS (UNIRONDON), graduada em Letras/Literatura pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2004). Proficiente no Ensino de LIBRAS (PROLIBRAS).
Marcus Juliano Hübner DOUTOR	Professor	Possui Graduação em Licenciatura Plena em Ciências - Hab. Biologia. Universidade Federal do Rio Grande, FURG (1991). Especialização em Educação a Distância: Gestão e Tutoria pela UNIASSELVI(2018). Especialização em Educação e Gestão Ambiental UNIASSELVI (2021). Mestrado em Biologia, UNISINOS (2004). Doutorado em Educação Ambiental – FURG (2012).

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Mary Diana da Silva Miranda Rodrigues MESTRE	Professora	Possui graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2007 e 2010)
Matheus de Mesquita e Pontes DOUTOR	Professor	Possui graduação em História pela Universidade Federal de Goiás Campus Avançado de Catalão (2004), mestrado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (2008) e doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás (2018).
Nair Mendes de Oliveira MESTRE	Professora	Possui graduação em PEDAGOGIA pela Fundação Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Mandaguari (1982), Especialização em Psicopedagogia pelo Instituto Cuiabano de Educação ICE (2003) e Especialização em PROEJA pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT. Mestre em Ensino pelo Programa de Pos-Graduação Mestrado em Ensino UNIC/IFMT.
Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra DOUTOR	Professor	Possui graduação em Pedagogia- UFMT (2007) ; Doutorado em Educação – UFMT (2014).
Rosimeire Montanuci MESTRE	Professora	Possui graduação em Pedagogia, pela Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - Mestrado em Educação, pela Universidade Federal de Mato Grosso (2009), Doutorado em Educação pela Universidade de Uberaba - UNIUBE - (2020).
Sandro Aparecido Lima dos Santos MESTRE	Professor	Possui graduação em Ciências Sociais pela Unesp (1997); Mestrado em História pela UFMT (2009).
Silvia Maria dos Santos Stering DOUTORA	Professora	Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (1996). Mestrado em Educação na área de Concentração "Educação, Cultura e Sociedade", também pela UFMT (2008). Doutora em Educação pela Unesp Rio Claro, na Linha de Pesquisa Educação: políticas, gestão e o sujeito contemporâneo (2013).

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

<p>Valdirene Cavichioli</p> <p>MESTRE</p>	<p>Professora</p>	<p>Possui graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Fundação de Ensino Superior de Nova Mutum. Licenciatura em Português pelo ICE. Especialização em Psicopedagogia pelo Instituto Cuiabano de Educação (ICE) Especialização em Gestão Pública Municipal pela Unemat. Mestrado em Lingüística pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).</p>
---	-------------------	--

11.2 CORPO TUTORIAL

O Corpo Tutorial é responsável por prestar apoio pedagógico consistente e contínuo atendendo os estudantes em suas necessidades educacionais individuais e coletivas ao longo de seu processo de aprendizagem.

A atuação do tutor tem papel primordial para a permanência e êxito dos estudantes, pois seu contato constante com os estudantes estabelece elos de relacionamento com os estudantes, permitindo um acompanhamento individualizado que permite identificar as características, as dificuldades, as expectativas, o desempenho e o progresso de cada um deles.

Os tutores atuam no suporte às atividades dos docentes, na mediação pedagógica junto aos discentes, no aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem, sugerindo atividades e leituras complementares que auxiliam a formação dos estudantes.

O Corpo Tutorial, junto à coordenação do curso e ao Corpo Docente, constitui, desta forma, uma rede de educadores que agem em colaboração permanente, elaborando estratégias conjuntas para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes.

A seguir, abordamos de maneira mais específica as duas modalidades de tutoria existentes no curso: presencial e à distância.

11.2.1 Tutoria Presencial

Os tutores presenciais são aqueles com quem o estudante possui contato pessoal com mais frequência, pois eles que atendem e orientam os alunos nos Polos de Apoio Presencial. Entre suas atribuições estão:

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

- Apoiar os alunos na sua organização pessoal para os estudos;
- Comunicar-se continuamente com o professor e tutores virtuais à distância, sendo um parceiro integrado à proposta de cada disciplina e do curso;
- Acompanhar os alunos, verificando frequência dos acessos, monitorando atividades em curso, se comunicando via AVA, e-mail, ligação telefônica, dentre outros meios disponíveis, a fim de verificar ausências e dificuldades nas atividades;
- Estabelecer contato permanente com os alunos, orientando-os e sanando possíveis dúvidas;
- Acompanhar a avaliação dos estudantes nos Polos de Apoio Presencial;
- Elaborar relatórios de acompanhamento dos alunos, planos de trabalhos e relatórios de atividades realizadas; entre outras.

Ao longo do curso, são realizados encontros presenciais, com objetivo de estimular o intercâmbio de experiências, construções coletivas de conhecimentos, além de permitir o confronto de ideias nas mais variadas atividades que serão desenvolvidas ao longo do curso. Os encontros presenciais são momentos de acompanhamento dos estudantes nos quais é possível realizar as seguintes atividades:

- Discussões sobre os conteúdos das disciplinas;
- Elaboração de planejamento dos momentos de estudo em grupo, propostos pelo professor-formador;
- Orientações e sugestões quanto aos estudos, pesquisas e leituras que deverão ser feitos, auxiliando-os em suas dúvidas;
- Acompanhamento e avaliação da aprendizagem dos acadêmicos, bem como a elaboração do TCC, de relatórios, e outros procedimentos;
- Proposição de formas auxiliares de estudo;
- Favorecimento de troca de experiências e conhecimentos em atividades de grupos;
- Incentivo de debates e produções individuais e coletivas.

11.2. 2 Tutoria à Distância

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Os tutores a distância realizam o acompanhamento das atividades dos cursistas no AVA do curso, esclarecendo dúvidas e prestando outras informações. O desafio da tutoria a distância é o de ultrapassar as barreiras da distância com o aluno, se fazendo sempre presente e respondendo prontamente às dúvidas e solicitações dos estudantes, estando atento às suas principais dificuldades.

São atribuições dos tutores a distância:

- Acompanhar o desenvolvimento do estudante nas disciplinas;
- Orientar o estudante para o estudo a distância, incentivando a autonomia da aprendizagem e a organização nos estudos;
- Registrar o progresso, as dificuldades e os resultados obtidos pelos alunos;
- Orientar, com clareza, o estudante que apresentar dificuldade para navegar pelo ambiente virtual ou a entender a metodologia adotada no curso;
- Discutir, com o auxílio do professor formador de cada disciplina, os conteúdos de cada disciplina;
- Acompanhar a avaliação da aprendizagem dos acadêmicos, bem como a elaboração do TCC, de relatórios, ou outros procedimentos;
- Dar suporte ao estudante que esteja tendo dificuldades em acompanhar os conteúdos;
- Propor estratégias de estudo;
- Orientar os estudantes sobre a importância da pesquisa científica;
- Incentivar debates e produções individuais e coletivas;
- Corrigir as avaliações, quando for solicitado;
- Acompanhar e participar dos fóruns com os alunos;
- Fazer um mapeamento, com a finalidade de acompanhamento, dos acessos dos alunos, com vistas a agir preventivamente nos mecanismos que podem desencadear em evasão.
- Promover o sentimento de pertencimento do aluno no curso por meio de propostas de atividades integradoras e comunicação mediada por tecnologia;
- Promover um ambiente igualitário e seguro para as manifestações, incentivando a aprendizagem colaborativa, o tratamento igual a todos os participantes, de modo dialógico e inclusivo;

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

- Engendrar feedback construtivo, em linguagem dialógica e interativa, analisando cuidadosamente as respostas individuais, com comentários objetivos referendados nos critérios de avaliação, pontuando considerações sobre como melhorar a produção.

11.3. MATERIAL DIDÁTICO

Os materiais didáticos são pensados e produzidos dentro das especificidades da educação a distância e da realidade do estudante para o qual o material está sendo elaborado. As tecnologias de informação e comunicação possibilitam o compartilhamento de informações, a interação e a construção colaborativa de conhecimentos, por meio do uso de recursos educacionais interativos que promovem a participação e a aprendizagem colaborativa, visando à permanência e ao êxito acadêmico.

O material didático utilizado ao longo do curso será elaborado por uma equipe multidisciplinar composta por docentes e técnico-administrativos especialistas em EaD, pertencentes ao corpo de servidores dos Institutos Federais integrantes da parceria do Programa Formação em Rede, e disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), em diversos formatos e mídias, de acordo com as necessidades e especificidades de cada componente curricular, garantindo múltiplas alternativas de acesso à informação e possibilidades de aprendizagem.

Para composição dos materiais didáticos do curso, será realizada, ainda, a curadoria de recursos educacionais livres, produzidos e disponibilizados em repositórios educacionais, como o ProEdu, bem como materiais produzidos nos cursos já ofertados pelas instituições parceiras da Rede.

Os estudantes terão, ainda, acesso a materiais complementares ao curso por meio da disponibilização de Linkotecas no AVA com acesso a vídeos educativos, livros, periódicos, além do acesso a bibliotecas físicas e virtuais.

12. FLEXIBILIDADE CURRICULAR

O Curso de Licenciatura em Pedagogia em EPT implementa o princípio da flexibilização preconizado na legislação educacional, concebendo o currículo como uma trama de experiências formativas intra e extrainstitucionais que compõem itinerários PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

diversificados e particularizados de formação.

Nesta perspectiva, são previstas experiências de aprendizagem que transcendem os trajetos curriculares previstos na matriz curricular. A exemplo disso, estimula-se o envolvimento do estudante em atividades complementares, programas e projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, participação em eventos, atividades de iniciação à pesquisa, estágios não obrigatórios, tutorias acadêmicas, dentre outras atividades especificamente promovidas ou articuladas ao curso, experiências potencializadoras das habilidades científicas e da sensibilidade às questões sociais.

Por meio destas atividades, promove-se o permanente envolvimento dos acadêmicos com as questões contemporâneas que anseiam pela problematização escolar, com vistas à qualificação da formação cultural e técnico-científica do estudante. Para além dessas diversas estratégias de flexibilização, também a articulação permanente entre teoria e prática, e entre diferentes campos do saber no âmbito das metodologias educacionais, constitui importante modalidade de flexibilização curricular, uma vez que incorpora ao programa curricular previamente delimitado a dimensão do inusitado, típica dos contextos científicos, culturais e profissionais em permanente mudança.

13.POLÍTICA DE FORMAÇÃO INTEGRAL DO ESTUDANTE

O Curso de Licenciatura em Pedagogia em EPT da Rede implementa, na sua organização curricular, temas como ética, meio ambiente e questões socioambientais, inclusão social, relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

Visa, também, como estratégia formativa, à ampliação e ao aperfeiçoamento do uso da língua portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores, o que engloba a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Percebemos o processo de formação dos profissionais do magistério como um compromisso com o projeto social, político e ético, que contribui para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promove a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atento ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrário a toda forma de discriminação.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

14.POLÍTICAS DE APOIO AO ESTUDANTE

Os institutos parceiros desta proposta possuem diferentes políticas que contribuem para a formação dos estudantes, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida acadêmica.

Estas políticas são implementadas por meio de diferentes programas e projetos, quais sejam:

- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil;
- Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Programa de Monitoria;
- Projetos de apoio à participação em eventos;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE);
- Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID);
- Programa Institucional de Residência Pedagógica;
- Programa Bolsa Permanência;
- Programa de Tutoria Acadêmica.

No âmbito do curso são adotadas as seguintes iniciativas:

- Plantão de Tutoria;
- Oficinas especiais para complementação de estudos;
- Ambientes de acesso e aprofundamento de conteúdos curriculares.

Destacamos, também, que todos os Institutos Federais parceiros adotam medidas que apoiam o aprendizado do estudante e fomentam sua permanência no curso, inclusive, articulados aos respectivos Planos de Permanência e Êxito dos IFs.

14.1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino, respeitando as diferenças individuais, especificamente das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, culturais, socioeconômicas,

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

entre outras.

Dessa forma, com base na Política de Inclusão e Acessibilidade dos Institutos Federais integrantes desta Rede, o Curso de Licenciatura em Pedagogia em EPT, contempla ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais, com vistas à garantia de igualdade de condições e oportunidades educacionais:

I - pessoas com necessidades educacionais específicas: consolidando o direito das pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas habilidades/Superdotação, sendo o Núcleo de Apoio as Necessidades Específicas – NAPNE, o articulador destas ações, juntamente com a equipe multiprofissional do câmpus.

II – gênero e diversidade sexual: e todo o elenco que compõe o universo da diversidade para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como à sua plena integração social, política, econômica e cultural, contemplando ações transversais, tendo como articulador destas ações o Núcleo de Gênero e Diversidade.

III – diversidade étnica: voltados para o direcionamento de estudos e ações para as questões étnico-raciais, em especial para a área do ensino sobre África, Cultura Negra e História, Literatura e Artes do Negro no Brasil, pautado na Lei nº 10.639/2003 e das questões Indígenas, Lei nº 11.645/2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas, ficando a cargo do Núcleo de Educação Afro-brasileira e Indígena.

Para a efetivação da Educação Inclusiva, o Curso de Licenciatura em Pedagogia em EPT considera todo o regramento jurídico acerca dos direitos das pessoas com deficiência, instituído: na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9.394/1996; na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008); no Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; no Decreto nº 5.626/2005, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; no Decreto nº 7.611/2011, que versa sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado; na Lei nº 12.764/2012, que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; no parecer CNE/CEB nº 3 de 2013, o qual trata da Terminalidade Específica; e na Lei nº 13.146/ 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

da Pessoa com Deficiência conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A partir das referências legais apresentadas, o Curso de Licenciatura em Pedagogia em EPT, busca empregar, em seus currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as necessidades individuais dos estudantes. Contempla, ainda, em sua proposta, a possibilidade de flexibilização e adaptações curriculares que considerem metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados, processos de avaliação compreensivos e terminalidade específica, adequados ao desenvolvimento dos alunos e em consonância com o projeto pedagógico da instituição, respeitada a frequência obrigatória. Também, busca-se garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, atendendo às características dos estudantes com deficiência, garantindo o pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, favorecendo a ampliação e diversificação dos tempos e dos espaços curriculares por meio da criatividade e inovação dos profissionais de educação e dinamismo curricular e educacional.

15. IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, parceiros desta proposta, respeitadas suas respectivas organizações acadêmicas, contemplam, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Art. 207 da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Baseados em uma concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática, temos como princípio a oferta de uma formação docente que considera a realidade dos ambientes das instituições de educação, sendo pautada por:

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

a) integração e interdisciplinaridade curricular, dando significado e relevância aos conhecimentos e à vivência da realidade social e cultural, vislumbrando o pleno exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho;

b) valorização da pesquisa e da extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa;

c) disponibilização de acesso às fontes nacionais e internacionais de pesquisa, a materiais de apoio pedagógico de qualidade, e à produção acadêmica-profissional;

d) dinâmicas pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento de uma visão ampla do processo formativo, em face das dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica, possibilitando as condições para o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia;

e) uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica;

f) promoção de espaços para a reflexão crítica sobre os processos pedagógicos, em consonância com as mudanças educacionais e sociais.

Nos Institutos Federais, a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão visa à formação dos estudantes em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. A interação entre a instituição educacional e a comunidade se dá por meio da prática de atividades de extensão, desenvolvidas por meio de projetos e programas, e o desenvolvimento e a difusão de conhecimentos científicos, por meio da pesquisa, que fazem parte do processo formativo do estudante de graduação, contribuindo para uma formação humana e cidadã, integrando ciência, tecnologia e cultura, ao mesmo tempo em que desenvolve a capacidade de investigação científica para a construção da autonomia intelectual.

16.CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES

No âmbito da oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia em EPT, prevê-se o

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

aproveitamento de conhecimentos e experiências adquiridos previamente pelos estudantes, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional do curso, que poderão ser comprovados formalmente ou avaliados pela instituição ofertante, com análise da correspondência entre esses conhecimentos e os componentes curriculares do curso, em processo próprio, com procedimentos de avaliação das competências anteriormente desenvolvidas, compatíveis com os enfoques curriculares previstos para a habilitação almejada e coerentes com o perfil de egresso definido no Projeto Pedagógico do Curso.

Os critérios para aproveitamento de estudos e conhecimentos adquiridos no trabalho ou por outros meios informais, serão estabelecidos, no âmbito da oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia em EPT, pelo Regulamento Didático e regulamentos internos .

17.AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação, no Curso de Licenciatura em Pedagogia em EPT, é compreendida como processo, tendo como finalidade promover o desenvolvimento pleno do aprendiz favorecendo a sua aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa no universo pedagógico, propiciando a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos estudantes, na busca de tomada de decisões favoráveis à continuidade do processo de ensino e de aprendizagem.

A avaliação contínua e cumulativa, de forma integrada ao processo ensino-aprendizagem, assume as funções dialógica, diagnóstica, processual, formativa e somativa, que devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades, e funciona como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Avaliar está relacionado com a busca de uma aprendizagem significativa para quem aprende e também para atender às necessidades do contexto atual. Para tanto, o professor-estudante deve saber o que será trabalhado no ambiente virtual de aprendizagem, os objetivos para o estudo de temas e de conteúdos, e as estratégias que PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

são necessárias para que possa superar as dificuldades apresentadas no processo.

Assim, a avaliação tem como função priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem, isto é, o desempenho do estudante nas atividades desenvolvidas ao longo de seu processo formativo, não se restringindo apenas a uma prova ou trabalho, conforme orienta a LDB em vigor e o projeto político-pedagógico da instituição.

Partindo desses princípios, a avaliação, no âmbito do curso de Licenciatura em Pedagogia em EPT, será realizada com a utilização de instrumentos de avaliação diversificados, privilegiando atividades como participação em fóruns de discussão, elaboração de artigos, sínteses, relatórios, trabalhos individuais e em grupo, seminários, desenvolvimento de projetos, provas e por outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina.

A sistematização do processo avaliativo e os critérios de aprovação nos componentes curriculares constam no Regulamento Didático do IFMT e fundamenta-se nos princípios anunciados no Projeto Pedagógico Institucional.

18. AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do curso através do seu Projeto Pedagógico de Curso é realizada de forma processual, promovida e concretizada no decorrer das decisões e ações curriculares. É caracterizada pelo acompanhamento continuado e permanente do processo curricular, identificando aspectos significativos, impulsionadores e restritivos que merecem aperfeiçoamento no desenvolvimento pedagógico do curso.

O processo de avaliação do curso é sistematicamente desenvolvido pelo Núcleo Docente Estruturante, em articulação com o Colegiado de Curso, sob a coordenação-geral do Coordenador de Curso, conforme demanda avaliativa emergente. Para fins de subsidiar a prática autoavaliativa, o Curso de Licenciatura em Pedagogia em EPT levanta dados sobre a realidade curricular por meio de avaliação docente, feita pelos alunos, reuniões de colegiado de curso, acompanhamento do rendimento, permanência e êxito dos estudantes.

Soma-se a essa avaliação formativa e processual, a avaliação interna conduzida pela Comissão Própria de Avaliação, conforme orientações do Ministério da Educação.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

19.FUNIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO

Durante a sua vigência, este projeto será avaliado pelas instâncias colegiadas, de cada instituição ofertante, sob a mediação do Coordenador de Curso, com vistas à atualização para melhorias contínuas.

As discussões e deliberações referentes à consolidação e/ou redimensionamento dos princípios e ações curriculares previstas no Projeto Pedagógico de Curso, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional, são desencadeadas nos diferentes fóruns institucionalmente constituídos para essa finalidade:

- Núcleo Docente Estruturante (NDE): núcleo obrigatório para os cursos superiores, responsável pela concepção, condução da elaboração, implementação e consolidação da proposta de projeto pedagógico do curso;
- Colegiado/Coordenadoria de Curso: responsável pela elaboração e aprovação da proposta de projeto pedagógico no âmbito do curso;
- Pró-Reitoria de Ensino: responsável pela análise e elaboração de parecer legal e pedagógico para a proposta apresentada;
- Colégio de Dirigentes: de caráter consultivo, composto pelo reitor, pelos pró-reitores e pelo diretor-geral de cada um dos *campi* que integram o Instituto Federal;
- Conselho Superior: instância de caráter consultivo e deliberativo, composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, responsável pela aprovação da proposta de projeto pedagógico de curso encaminhada pela Pró-Reitoria de Ensino.

20. INSTALAÇÕES FÍSICAS E EQUIPAMENTOS

O Centro de Referência em Educação à Distância CREaD do IFMT possui em sua estrutura sala para professores, um ambiente que conta com 10 mesas, armários para guarda de materiais e equipamentos pessoais, equipamentos de informática, impressora multifuncional, rede de internet cabeada e wi-fi, ar condicionado, iluminação e ventilação natural, bebedouro, sofá, acessibilidade e conforto para alunos, docentes e tutores. Toda

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

a infraestrutura do IFMT Sede e CREaD é assistida por contrato de manutenção predial periódica.

Tanto a sede do IFMT - Reitoria quanto os campi do IFMT dispõem de empresa de segurança patrimonial contratada que garantem a segurança, além disso o IFMT dispõe de Termo de Cooperação com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso em que é garantida uma maior e mais ostensiva segurança pela Polícia Militar de Mato Grosso - PMMT.

Além deste espaço da sede, o curso também dispõem do Núcleo de Educação à distância NEAD, no IFMT- campus Cuiabá. Os cursos ofertados pelo NEaD dispõem não só dos laboratórios de informática do campus, bem como também de equipamentos, biblioteca, salas de aula e espaços didáticos e de convivência que poderão, sempre que necessário, serem utilizados pelos professores e tutores, para o desenvolvimento e integralização do curso. Todas as salas de aula e laboratórios são climatizados e com recursos de conectividades disponíveis. A utilização dessa estrutura está disponível nos horários de funcionamento da instituição ou nos fins de semana, mediante agendamento prévio. Acrescida a esta estrutura física, o NEaD dispõe de Notebooks, Datashow, Televisor, DVD Player, Retroprojektor, lousa digital, máquina fotográfica digital e Quadro virtual interativo.

Além disto, também ficam disponíveis para utilização nas aulas presenciais a estrutura dos Polos de Apoio Presencial UAB, como são definidas pela CAPES para a validação dos polos, a saber:

Infraestrutura necessária para habilitação de Polo de Apoio Presencial:

Espaços gerais dos Polos UAB

- Sala para coordenação do Polo UAB
- Sala para secretaria do Polo UAB
- Sala de reunião
- Sala de Professores

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

- Banheiros (ao menos um feminino e outro masculino) com acessibilidade, conforme o que demanda as Leis 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e 11.982, de 2009;

Espaços de apoio do Polo UAB

- Laboratório de informática com instalações elétricas adequadas (rede estabilizada);
- Biblioteca física, com espaço para estudos;

Espaços acadêmicos

- Sala multiuso - para realização de aula(s), tutoria, prova(s);
- Ambiente interação e convivência com outros alunos e professores;

21. REQUISITOS DE ACESSIBILIDADE

O IFMT assumiu, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, o compromisso de se adequar aos requisitos de acessibilidade consignados pela legislação e padrões governamentais. Assim, o IFMT tem buscado ao longo dos anos promover a adequação e implantação dos padrões de acessibilidade através da implementação das seguintes ações:

- Adequar-se ao que prescreve a legislação e aos padrões governamentais de acessibilidade;
- Promover a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais tanto para servidores da Instituição, comunidade escolar e a sociedade em geral em seus sistemas acadêmicos, administrativos e em demais serviços.
- Adquirir mobiliário adequado de trabalho para servidores da Instituição, englobando servidores que possuem necessidades especiais, seja ela de qualquer natureza.

Além disso, como forma de facilitar a locomoção dos discentes com necessidades específicas a todo o prédio, foram instalados dois elevadores com acesso aos pisos PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

superiores. Também é verificada a existência de rampas de acesso para facilitar a locomoção dos estudantes. Cabe ainda mencionar que o campus Cuiabá já possui banheiros adequados ao uso dos PCDs. Portanto, as ações acima citadas demonstram que a instituição de ensino já consegue prover as condições estruturais mínimas em relação às barreiras físicas para atender o público supracitado.

No entanto, considerando as dificuldades de inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, que visa a democratização do acesso e a permanência destes, o IFMT suscitará ações coerentes com os princípios e as políticas inclusivas que se inserem nesta perspectiva no contexto brasileiro, envolvendo professores, técnicos e alunos nas discussões sobre o tema das diferenças em um trabalho de conscientização e melhoria no atendimentos aos diferentes tipos de alunos e de deficiências, abrangendo desde a matrícula até a comunicação aos professores dos tipos de deficiências, acolhimento em sala de aula, presença de intérprete ou outro técnico que possa auxiliar os trabalhos pedagógicos e de inclusão.

Ademais, em relação à metodologia a ser aplicada, pretende-se que o NAPNE junto aos professores promovam processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem desses estudantes, tais como pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros.

Diante disso, o IFMT- campus Cuiabá proporcionará um curso de formação, em dia e horário alternativo, visando possibilitar a construção de conhecimentos que favoreçam o desenvolvimento de ações inclusivas aos docentes, discentes e técnicos administrativos, com eixo temático: Educação e inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: concepções e marcos legais, com os objetivos de:

- Compreender os pressupostos teóricos da educação inclusiva, problematizando questões sobre acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior de forma a favorecer o desenvolvimento de ações inclusivas em nosso campus.
- Refletir criticamente sobre a educação das pessoas com deficiência no contexto sociocultural brasileiro visando sua plena cidadania;
- Conhecer os marcos legais referentes à educação de pessoas com

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

deficiência;

- Discutir o conceito de acessibilidade pedagógica no ensino superior;
- Construir conhecimentos que favoreçam e ressignifiquem a atuação docente e técnica, junto aos estudantes com deficiência;
- Refletir sobre a tecnologia assistiva, enquanto área de conhecimento interdisciplinar favorecedora da autonomia da pessoa com deficiência.

Por meio dessas ações, que ocorrerão de forma continuada, avançaremos naquilo que preconiza o Documento “Referenciais de Acessibilidade no Ensino Superior”, Brasil (2013, p. 3-4):

[...] necessidade de ampliar o conhecimento sobre o tema, haja vista que tem motivado intensas reflexões e debates por parte dos profissionais da educação e afins. Isso porque, entendida em seu amplo espectro (acessibilidade atitudinal, física, digital, nas comunicações, pedagógica, nos transportes, etc.), pressupõe medidas que extrapolam a dimensão arquitetônica e abrangem o campo legal, curricular, das práticas avaliativas, metodológicas, entre outras.

Desta forma, o IFMT aproximará da meta de formar alunos que se percebam como pessoas com potenciais para aprender e participar da sociedade de acordo com suas capacidades.

22.DISPOSIÇÕES FINAIS

O Curso de Licenciatura em Pedagogia em EPT obedecerá a todas as normativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso e as normas específicas do Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva.

Todas as situações não previstas em normativas próprias das instituições envolvidas serão resolvidas pelo Colegiado de Curso e pelo CREAD.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

APÊNDICE A

EMENTAS DAS DISCIPLINAS

PRIMEIRO SEMESTRE

DISCIPLINA	
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	
Período letivo: Primeiro Semestre	Carga Horária Horas: 80 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Estudo da psicologia como ciência com ênfase nas suas relações com a educação. Caracterização dos sistemas teóricos da psicologia e análise de suas influências na educação. Explicitação e análise das concepções teóricas do desenvolvimento e da aprendizagem e de suas contribuições para a prática pedagógica. Caracterização dos processos de ensino e de aprendizagem.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
CASTORINA, José A.; BAQUERO, Ricardo J. Dialética e psicologia do desenvolvimento: o pensamento de Piaget e Vygotsky. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2007. E-book. ISBN 9788536317441. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536317441/ . Acesso em: 07 out. 2022.	
COLL, Cesar; PALACIOS, Jesus & MARCHESI, Álvaro (Orgs.). Desenvolvimento Psicológico e Educação. (vol. 2) Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.	
SANTRONCK, John W. Psicologia Educacional. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2010. E-book. ISBN 9788563308559. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788563308559/ . Acesso em: 10 out. 2022.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
COLETTA, Eliane D.; LIMA, Caroline Costa N.; CARVALHO, Carla Tatiana F.; GODOI, Gabriel A. Psicologia da Educação. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595025059. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025059/ . Acesso em: 10 out. 2022.	
DAVIS, Claudia; OLIVEIRA, Zilma de. Psicologia na educação. São Paulo: Cortez, 1994.	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

DISCIPLINA	
Didática na Educação Profissional e Tecnológica	
Período letivo: Primeiro Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Reflexões sobre didática na e para a educação profissional e tecnológica. Análise da organização curricular e do ciclo didático na EPT. Estudos sobre pesquisa, inovação tecnológica e extensão como princípios educativos. Investigações acerca da integração curricular, interdisciplinaridade e o processo de ensino-aprendizagem em espaços escolares e não escolares. Análise da relação entre didática e práxis pedagógica na EPT.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ARAÚJO, Clarines Hames, Lenir Basso Zanon, Maria Cristina Pansera D. Currículo Integrado, Educação e Trabalho. [Digite o Local da Editora]: Editora Unijuí, 2021. E-book. ISBN 9786586074956. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586074956/. Acesso em: 07 out. 2022.</p> <p>BATISTA, Sueli Soares dos S.; FREIRE, Emerson. Educação, Sociedade e Trabalho. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536522241. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536522241/. Acesso em: 07 out. 2022.</p> <p>MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Orgs). Currículo, cultura e sociedade. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
SACRISTÁN, José G. O currículo: uma reflexão sobre a prática . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788584291922. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584291922/ . Acesso em: 10 out. 2022.	

DISCIPLINA	
Pesquisa, Inovação Tecnológica e Extensão como Princípios Educativos	
Período letivo: 1º Semestre	Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Pesquisa, inovação tecnológica, extensão e os processos educacionais. Pesquisa, inovação tecnológica e extensão e a formação humana integral.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
DEMO, Pedro. Educação Hoje - "Novas" Tecnologias, Pressões e Oportunidades . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2009. E-book. ISBN 9788522465934. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522465934/ . Acesso em: 10	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

out. 2022.	
JR., Arlindo P.; FERNANDES, Valdir. Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e Pesquisa . [Digite o Local da Editora]: Editora Manole, 2015. E-book. ISBN 9788520449141. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520449141/ . Acesso em: 10 out. 2022.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
FLICK, Uwe. Introdução à Metodologia de Pesquisa . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2012. E-book. ISBN 9788565848138. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848138/ . Acesso em: 10 out. 2022.	
DISCIPLINA	
Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação a Distância	
Período letivo: 1º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Concepções e tendências pedagógicas em EaD. Modelos educacionais em EaD. Mídias de comunicação. Metodologias Ativas. Ambientes virtuais de aprendizagem. Tecnologias assistivas. Ferramentas e estratégias de ensino com base da Web. Mineração de Dados em EaD. Mídias, Programas e Aplicativos. Ensino e Tecnologia da Informação e Comunicação. Acervo Virtual.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
KEARSLEY, Greg. Educação On-line - Aprendendo e ensinando . [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2012. E-book. ISBN 9788522113309. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522113309/ . Acesso em: 07 out. 2022.	
TARJA, Sanmya F. Informática na Educação - O Uso de Tecnologias Digitais na Aplicação das Metodologias Ativas . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2018. E-book. ISBN 9788536530246. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536530246/ . Acesso em: 07 out. 2022.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
LÉVY, Pierre. Cibercultura . São Paulo: Editora 34, 1999.	
MORAN, José Manuel. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica . Campinas: Papyrus, 21ª ed., 2013.	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

DISCIPLINA	
Didática Geral	
Período letivo: 1º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Didática: Conceito, histórico e tendências pedagógicas; A didática na formação docente e no processo de ensino-aprendizagem: tendências pedagógicas e a evolução histórica; A função social do ensino e a concepção sobre os processos de aprendizagem. O planejamento em seus diversos níveis: metodologias de ensino; recursos didáticos e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
LIBÂNEO, J. C. Didática . São Paulo: Cortez, 2008.	
ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar . Tradução de Ernani F. da Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
FAZENDA, I. (orgs). Didática e Interdisciplinaridade . 17.ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. GADOTTI, M. R., J. e. (orgs). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e propostas. São Paulo: Cortez, 2000.	
LUCKESI, C. Avaliação da Aprendizagem Escolar . 16.ed. São Paulo: Cortez, 2005.	

DISCIPLINA	
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação e do Trabalho	
Período letivo: 1º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Estudo dos Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação. Análise da relação histórica entre educação e trabalho. Estudo das transformações do mundo do trabalho e suas implicações nos processos educativos e formativos. Compreensão das concepções filosóficas que constituíram e constituem os horizontes teóricos das formulações pedagógicas Investigação sobre as correntes pedagógicas da Educação no Brasil. Análise sobre referenciais emancipatórios para a ação pedagógica.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
DOS CAMOZZATO, Bruna K.; RIBEIRO, Andréia M E.; SANTOS, Ângela Ribas; et al. Filosofia da educação . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595024892. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024892/ . Acesso em: 10	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

out. 2022.

FRANCISCO FILHO, G. **A educação brasileira no contexto histórico**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. [Digite o Local da Editora]: Cortez, 2015. E-book. ISBN 9788524924439. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524924439/>. Acesso em: 10 out. 2022.

SEGUNDO SEMESTRE

DISCIPLINA	
Metodologias e Estratégias de Ensino	
Período letivo: 2º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Teorias dos processos de desenvolvimento e de aprendizagem. Prática docente, modelos de ensino e processos de formação. O processo de ensino e de aprendizagem e o professor como mediador. Dificuldades de aprendizagem e processos avaliativos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
LUCKESI, C. C. Avaliação da Aprendizagem . 1ª São Paulo: Cortez, 2011.	
ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar . Tradução de Ernani F. da Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
MUNHOZ, Antonio S. Qualidade de Ensino nas Grandes Salas de Aula . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2016. E-book. ISBN 978-85-472-0097-8. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-472-0097-8/ . Acesso em: 10 out. 2022.	
TOLEDO, Maria Elena Roman de O.; OLIVEIRA, Simone Machado Kühn D. Métodos e técnicas de ensino . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788595029651. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029651/ . Acesso em: 10 out. 2022.	

DISCIPLINA

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Processos Educativos e de Gestão: instituições escolares, comunitárias, assistenciais e do mundo do trabalho	
Período letivo: 2º Semestre	Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>Concepções de Teorias Educacionais e suas interfaces na gestão de processos pedagógicos. Ações educativas em diferentes instituições e grupos sociais, revelando seus condicionantes sócio-políticos e seus processos de Resolução de Problemas.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BES, Pablo; TOLEDO, Maria Elena Roman de O. Gestão de processos educacionais não escolares. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2020. E-book. ISBN 9786581492656. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581492656/. Acesso em: 10 out. 2022.</p> <p>DOS SANTOS, Clóvis Roberto. A Gestao Educacional e Escolar para a Modernidade. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2012. E-book. ISBN 9788522114030. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522114030/. Acesso em: 10 out. 2022.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. Em defesa da escola – Uma questão pública. [Digite o Local da Editora]: Grupo Autêntica, 2013. E-book. ISBN 9788582172513. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582172513/. Acesso em: 10 out. 2022.</p> <p>VEIGA, I. P. (org). Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2001.</p>	

DISCIPLINA	
Organização e Gestão da Educação	
Período letivo: 2º Semestre	Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>Políticas Públicas e Financiamento da Educação; Gestão democrática em espaços escolares e não-escolares; A organização da educação básica brasileira no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96). Sistema(s) de ensino: a visão teórica e o marco legal. O planejamento e financiamento educacional em âmbito federal, estadual e municipal. Avaliação institucional. Formação docente no âmbito das políticas de formação no Brasil.</p>	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização . 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.	
SAVIANI, D. Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação : por uma outra Política Educacional. São Paulo: Autores Associados, 2002.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BES, Pablo. Cultura Organizacional e Educação . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788595022751. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595022751/ . Acesso em: 07 out. 2022.	
DISCIPLINA	
Libras – Língua Brasileira de Sinais	
Período letivo: 2º Semestre	Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Noções básicas sobre a educação de surdos e sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Compreensão de semelhanças e diferença entre LIBRAS e Português. Introdução à gramática da Língua Brasileira de Sinais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
FELIPE, Tanya Amara. LIBRAS em contexto . Rio de Janeiro: MEC/SEESP - FENEIS, 2001.	
QUADROS, Rocine Muller, KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BARRETO, Maria Ângela de Oliveira C.; BARRETO, Flávia de Oliveira C. Educação inclusiva . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536510231. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536510231/ . Acesso em: 07 out. 2022.	
DISCIPLINA	
Fundamentos Sociopolíticos e Econômicos na Educação	
Período letivo: 2º Semestre	Carga Horária Horas: 80 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Estado, Educação, Sociedade e Economia capitalista. Políticas Sociais e Educacionais no Brasil. Neoliberalismo, Educação e Trabalho e Reestruturação Produtiva. Educação e	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Trabalho em uma perspectiva Emancipatória. Educação Profissional: relações entre mundo e mercado de trabalho. Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**, São Paulo: Cortez, 2002.

RAMOS, Marise. **História e Política da Educação Profissional**. Curitiba - Paraná; Instituto Federal do Paraná – Rede E-TEC Brasil, 2013. (Coleção Formação Pedagógica) – Virtual.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRITO, Gleilcelene Neri D. **Fundamentos da Educação**. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. ISBN 9788522122448. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122448/>. Acesso em: 10 out. 2022.

DISCIPLINA

Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica

Período letivo: 2º Semestre

Carga Horária Horas: 60 h

DESCRIÇÃO/EMENTA

A base conceitual para o estudo da estrutura metodológica do projeto de pesquisa. Etapas da construção do projeto. Métodos e técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa. O relatório de pesquisa. A importância da pesquisa no processo de intervenção social. Exercício de elaboração de projeto de pesquisa, que aponte: objeto, problema, referencial teórico e metodologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. 18. ed. 5. reimp. Campinas: Papyrus, 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

PIMENTA, Sema Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro. (Orgs) **Pesquisa em educação: possibilidades investigativas/formativas de pesquisa-ação**. Volume 1. 2.ed. São Paulo: Lopyola, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PIMENTA, Sema Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro. (Orgs) **Pesquisa em educação: possibilidades investigativas/formativas de pesquisa-ação**. Volume 2. 2.ed. São Paulo: Lopyola, 2014.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

BECKER, S. Howard. **Método de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997. DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. São Paulo: Atlas, 1995.

DISCIPLINA	
Seminário Integrador e Estudos Curriculares I	
Período letivo: 2º Semestre	Carga Horária Horas: 30 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Atividades de integração curricular, mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas no primeiro ano da Licenciatura. Teorização do refletir sobre trajetórias pessoais, vivências de formação profissional realizadas durante o curso e do fazer pedagógico sobre temáticas da realidade escolar. Articulação das diferentes áreas do conhecimento e diferenciados saberes oriundos da práxis pedagógica.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
D'AUREATARDELI, Denise; PAULA, Fraulein Vidigal D. O Cotidiano da Escola: as novas demandas educacionais . [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2012. E-book. ISBN 9788522112692. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522112692/ . Acesso em: 11 out. 2022.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/ . Acesso em: 11 out. 2022.	
MAGALHÃES, Valéria Barbosa D.; SANTHIAGO, Ricardo. História oral na sala de aula . [Digite o Local da Editora]: Grupo Autêntica, 2015. E-book. ISBN 9788582174302. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582174302/ . Acesso em: 11 out. 2022.	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

TERCEIRO SEMESTRE

DISCIPLINA	
Metodologia da Pesquisa, Inovação e Extensão em Educação	
Período letivo: 3º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>Pesquisa como princípio científico e princípio educativo. O processo de pesquisa enquanto forma de conhecer a realidade e enquanto formação educativa O pensamento científico, o trabalho científico e suas especificidades. A metodologia científica e a educação. Elementos para a produção de um trabalho científico e análise crítico-reflexiva Metodologia da produção acadêmica: estudo, fichamentos, resumo, resenhas, trabalho acadêmico. Normativas e Legislação. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Ética na Educação, o papel do Comitê de Ética e os processos de registro. Instrumentos, métodos e pesquisa em educação. A pesquisa: métodos e técnicas, tipos de pesquisa, a leitura produtiva. A pesquisa qualitativa, de campo, participante e a pesquisa-ação; O projeto de pesquisa, desenvolvimento e relatório. O projeto de pesquisa e a prática docente. O artigo Científico. Fomento da Pesquisa e da Extensão no Brasil. Instrumentos de otimização da pesquisa: pesquisa em bases, DOI, ORCID, fontes de pesquisa. Tecnologia e Aplicativos para a elaboração, o desenvolvimento e o compartilhamento de pesquisa. Os processos de divulgação dos resultados e publicação. Elaboração de projetos de pesquisa e/ou extensão.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>MATTAR, João; RAMOS, Daniela K. Metodologia da pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas. [Digite o Local da Editora]: Grupo Almedina (Portugal), 2021. E-book. ISBN 9786586618518. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586618518/. Acesso em: 11 out. 2022.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso D. Pesquisa em Educação - Abordagens Qualitativas, 2ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2013. E-book. ISBN 978-85-216-2306-9. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2306-9/. Acesso em: 11 out. 2022.</p>	
DISCIPLINA	
Teorias Educacionais	
Período letivo: 3º Semestre	Carga Horária Horas: 80 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>Estudo das diferentes concepções teóricas e epistemológicas que fundamentam o campo da educação. Caracterização da teoria pedagógica dos clássicos aos contemporâneos. Discussão das tendências e correntes da educação a partir das teorias críticas e pós-críticas. Estudo dos contextos educacionais em diferentes</p>	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

espaços e tempos históricos
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
GADOTTI, M. História das ideias Pedagógicas . Série Educação. São Paulo: Ática, 1995. GHIRALDELLI JUNIOR, P. Filosofia da Educação . Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil . Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

DISCIPLINA	
Organização do Trabalho Pedagógico	
Período letivo: 3º Semestre	Carga Horária Horas: 80 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Organização do Trabalho Pedagógico; Coordenação Pedagógica em Ambientes Escolares; Pedagogia em Ambientes Não-Escolares; Política, planejamento e avaliação da educação; Projeto Político Pedagógico. Criação e produção de: textos, materiais didáticos, procedimentos e projetos de aprendizagem, intervenções pedagógicas que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática . Goiânia: Alternativa, 2004.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
PARO, Vitor Henrique. Crítica da estrutura da escola . São Paulo: Cortez, 2011.	

DISCIPLINA	
Coordenação Pedagógica	
Período letivo: 3º Semestre	Carga Horária Horas: 80 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
O coordenador pedagógico como mediador do projeto pedagógico da escola para todos e todas; Coordenador Pedagógico: agente mediador e articulador na organização do trabalho Pedagógico; A função da coordenação pedagógica como um formador do professor na escola.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva . São Paulo: Cortez, 2005. 102p. (Coleção Questões da Nossa Época; 103)	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática . 5ª Ed. Goiânia: Alternativa, 2004, 319p.	
FERREIRA, Naura Syria Capareto (Org). Supervisão educacional para uma escola de qualidade da formação à ação . São Paulo: Cortez, 2006, p.13-38.	
DISCIPLINA	
Projeto Político Pedagógico	
Período letivo: 3º Semestre	Carga Horária Horas: 80 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Projeto Político Pedagógico - PPP da escola: pressupostos teóricos e fundamentos para a sua realização. Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN e as adaptações curriculares; Base Nacional Curricular Comum – BNCC; Educação Básica; Educação Profissional e Tecnológica e o PPP. O planejamento educacional como instrumento de formação docente e de espaço de trabalho coletivo.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
VEIGA, Ilma (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível . 19. ed. Campinas: Papirus, 2005.	
VEIGA, Ilma Passos; FONSECA, Marília (orgs.). As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico: novos desafios para a escola . Campinas, SP: Papirus, 2010 – (Coleção Magistérios: Formação e Trabalho Pedagógico).	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2005.	
PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública . 3 ed. – São Paulo: Ática, 2000.	
TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002.	

QUARTO SEMESTRE

DISCIPLINA
Educação Infantil

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Período letivo: 4º Semestre	Carga Horária Horas: 80 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
História da concepção de infância e do atendimento a criança; Desenvolvimento da educação infantil e sua relação com o processo de aprendizagem; Aspectos teórico-metodológicos do ensinar-aprender na Educação Infantil; A rotina pedagógica na escola infantil: tempo, espaço.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
FILHO, Luciano Mendes de F. Infância e sua educação, A - Materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). [Digite o Local da Editora]: Grupo Autêntica, 2007. E-book. ISBN 9788582179642. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582179642/ . Acesso em: 11 out. 2022.	
MOLETTA, Ana K.; BIERWAGEN, Gláucia S.; TOLEDO, Maria Elena Roman de O. A educação infantil e a garantia dos direitos fundamentais da infância . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595027732. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027732/ . Acesso em: 11 out. 2022.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente .	
ZABALZA, Miguel A. Qualidade em educação infantil . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 1998. E-book. ISBN 9788536310701. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536310701/ . Acesso em: 07 out. 2022.	

DISCIPLINA	
Metodologias e Estratégias de Ensino na Educação Infantil	
Período letivo: 4º Semestre	Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Estudos sobre adaptação escolar. Compreensão e análise do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Metodologias dos diferentes eixos de trabalho pedagógico: matemática, linguagem, natureza e sociedade, artes visuais. Estudos sobre as práticas pedagógicas no contexto da educação infantil.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. Aprender e ensinar na educação infantil . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 1999. E-book. ISBN 9788536310909. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536310909/ .	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Acesso em: 11 out. 2022.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança, imitação, jogo, sonho, imagem e representação de jogo**. São Paulo: Zahar, 1971.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, 305 p.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

DISCIPLINA

Metodologias e Estratégias de Ensino de Atividades Recreativas

Período letivo: 4º Semestre

Carga Horária Horas: 80 h

DESCRIÇÃO/EMENTA

O estudo do lúdico, seus fundamentos teórico-práticos de procedimentos mediadores e integradores entre o agir, o sentir e o pensar, bem como suas relações com a educação. A compreensão da ludicidade na liberação do potencial criativo inerente ao ser humano enquanto sujeito individual e coletivo. O estudo da relação do lúdico com a cultura contemporânea. O desenvolvimento de uma proposta colaborativa de prática de ludicidade, com enfoques em metodologias e estratégias diversificadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Ludicidade e atividades lúdicas: uma abordagem a partir da experiência interna**. Disponível em: <http://www.luckesi.com.br/artigoseducacao/ludicidade.htm>. Acesso em: 29 jul. 2015.

MACEDO, Lino D.; PETTY, Ana L S.; PASSOS, Norimar C. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2004. E-book. ISBN 9788536310060. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536310060/>. Acesso em: 07 out. 2022.

MURCIA, Juan Antonio M. **Aprendizagem através do jogo**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2008. E-book. ISBN 9788536314013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536314013/>. Acesso em: 07 out. 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DOS REZENDE, Leonardo M. Teixeira D.; TOLEDO, Maria E. R. de O.; SANTOS, Ana Paula M; et al. **Introdução aos Processos Educacionais e Prática Pedagógica**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786556902500. Disponível em:

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902500/>. Acesso em: 10 out. 2022. Acesso em: 06 dez. 2017.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança, imitação, jogo, sonho, imagem e representação de jogo**. São Paulo: Zahar, 1971.

DISCIPLINA

Linguagem, Alfabetização e Letramento

Período letivo: 4º Semestre

Carga Horária Horas: 80 h

DESCRIÇÃO/EMENTA

Linguagem como mediadora das interações sujeito-cultura; O aprendizado da linguagem escrita; Alfabetização e letramento: conceitos, especificidades e inter-relações; Estudo dos processos de alfabetização e letramento; Métodos de alfabetização. Concepções e práticas de letramento. Métodos e materiais didáticos. As experiências de alfabetização de crianças, jovens e adultos; Concepções teórico-metodológicas do ensinar/aprender a linguagem escrita em um contexto de letramento; desenvolvimento de práticas textuais. Perspectiva político-social da leitura e da escrita. Literatura Infantil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. [Digite o Local da Editora]: Cortez, 2017. E-book. ISBN 9788524925849. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524925849/>. Acesso em: 07 out. 2022.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FOUCAMBERT, Jean. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GOULART, Cecília M A.; GONTIJO, Cláudia Maria M.; FERREIRA, Norma Sandra de A. **A Alfabetização como processo discursivo: 30 anos de A criança na fase inicial da escrita**. [Digite o Local da Editora]: Cortez, 2018. E-book. ISBN 9788524926402. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524926402/>. Acesso em: 11 out. 2022.

DISCIPLINA

Metodologias e Estratégias de Ensino da Língua Portuguesa

Período letivo: 4º Semestre

Carga Horária Horas: 60 horas

DESCRIÇÃO/EMENTA

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Linguagem, língua e fala. O ensino da Língua Portuguesa na perspectiva dos PCNs e BNCC. Variação linguística e o Ensino de Língua Portuguesa. Estratégias de leitura. Estratégias de escrita. Análise linguística. Gêneros textuais como objeto de Ensino de Língua Portuguesa. Literatura infanto-juvenil

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília:MEC/SEF, 1997.

GERALDI, Joao Wanderley (org). **O texto na sala de aula**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. Editora: Parábola, 2008.

DISCIPLINA

Seminário Integrador e Estudos Curriculares II

Período letivo: 4º Semestre

Carga Horária Horas: 30 h

DESCRIÇÃO/EMENTA

Atividades de integração curricular com objetivo de divulgação e apresentação das principais ideias/conceitos/temas abordados dentro das disciplinas, desenvolvidas no segundo ano da Licenciatura. Teorização por meio de memorial descritivo sobre as trajetórias pessoais (história de vida, autobiografia) e vivências profissionais e a relação do fazer pedagógico e as temáticas da realidade escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JOSÉLIA, Gomes Neves. **Cultura escrita e narrativa autobiográfica: implicações na formação docente**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/zz66x/pdf/camargo-9788579831263-09.pdf>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PARENTE, Cláudia da Mota D.; VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro D.; MATTOS, Maria José Viana Marinho D. **A formação de professores e seus desafios frente às mudanças sociais, políticas e tecnológicas**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2015. E-book. ISBN 9788584290130. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584290130/>. Acesso em: 11 out. 2022.

QUINTO SEMESTRE

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

DISCIPLINA	
Metodologias e Estratégias de Ensino da História	
Período letivo: 5º Semestre	Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>O ensino da história nas séries iniciais: aspectos metodológicos; a questão da interpretação e a utilização de fontes históricas (escritas, orais, visuais, iconográficas). Conceitos de tempo, fato e sujeito histórico. A identidade como produção social e histórica: cidadania/identidade e as relações sociais. História local e aspectos culturais. Patrimônio material e imaterial. Propostas metodológicas para a inscrição da diversidade étnico-racial no cotidiano escolar. A prática escolar do ensino de história por meio da gamificação, das brincadeiras e as estratégias didático-metodológicas com materiais digitais e não-digitais.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>CORRÊA, Laura G. Vozes Negras em Comunicação Mídia, racismos, resistências. [Digite o Local da Editora]: Grupo Autêntica, 2019. E-book. ISBN 9788551307144. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788551307144/. Acesso em: 07 out. 2022.</p> <p>GOMES, Carla Renata Antunes de S.; TRINDADE, Diulli A.; ECOTEN, Márcia Cristina F. Metodologia do Ensino de História. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2016. E-book. ISBN 9788595020016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595020016/. Acesso em: 07 out. 2022.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BAUER, Caroline S.; OLIVEIRA, Simone D.; ALVES, Ana Cristina Z. Conteúdo e metodologia do ensino de história. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595027602. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027602/. Acesso em: 07 out. 2022.</p>	
DISCIPLINA	
Metodologias e Estratégias de ensino da Geografia	
Período letivo: 5º Semestre	Carga Horária Horas: 80 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>O ensino de Geografia nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental: tendências, pressupostos teórico-metodológicos. A construção dos conceitos de espaço e tempo e relações sociais. Processo ensino-aprendizagem de Geografia nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental.</p>	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>LÖBLER, Carlos A.; FRANCISCO, Maria da Assunção S. Metodologia do Ensino de Geografia. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2016. E-book. ISBN 9788569726999. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788569726999/. Acesso em: 07 out. 2022.</p> <p>MEDEIROS, Aline L N.; MARCATTO, Francieli S.; FAGUNDES, Francielly N.; et al. Didática da Geografia. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786556901053. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901053/. Acesso em: 12 out. 2022.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>PEREIRA, Robson da S.; CANO, Márcio Rogério de O. Geografia: Coleção A Reflexão e a Prática no Ensino Médio. [Digite o Local da Editora]: Editora Blucher, 2016. E-book. ISBN 9788521210610. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521210610/. Acesso em: 12 out. 2022.</p>

DISCIPLINA	
Metodologias e Estratégias de ensino da Matemática	
Período letivo: 5º Semestre	Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
<p>Visão histórica e epistemológica do conhecimento matemático. A função social dos conteúdos matemáticos. Ensino da Matemática e desenvolvimento cognitivo. Metodologias e estratégias para o ensino de Matemática na educação básica e profissional. Interação entre a Matemática e os temas transversais. Ludicidade e inovação no ensino e aprendizagem da Matemática. Plano de ensino e de aula. Projetos inter e transdisciplinares. O livro didático e práticas laboratoriais para o ensino de Matemática. A produção de material didático para o ensino de Matemática. A avaliação da aprendizagem matemática.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>KAMII, Constance. Crianças pequenas continuam reinventando a aritmética: séries iniciais - implicações da teoria de Piaget. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788536318349. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536318349/. Acesso em: 07 out. 2022.</p> <p>LOYO, Tiago; CABRAL, Viviane Ribeiro de S. Metodologia do ensino de matemática. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, [Inserir ano de publicação]. E-book. ISBN 9788595026469. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595026469/. Acesso em: 07</p>	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

out. 2022.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
DAVID, Maria Manuela M S.; TOMAZ, Vanessa S. Interdisciplinaridade e aprendizagem da Matemática em sala de aula. [Digite o Local da Editora]: Grupo Autêntica, 2008. E-book. ISBN 9788582170885. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582170885/ . Acesso em: 12 out. 2022.	
DISCIPLINA	
Metodologias e Estratégias de Ensino das Artes	
Período letivo: 5º Semestre	Carga Horária Horas: 80 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Introdução aos conceitos e práticas sobre: teoria e método do Ensino das Artes. Relações Concepções e métodos desta modalidade de ensino. Relações e concepções pedagógicas e atividades artísticas na Escola. Relações concepções de arte e práticas de arte na escola. Concepções e metodologias do ensino da arte. Perspectivas de novos métodos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ESCOSTEGUY, Cléa C.; CORRÊA, Romualdo. Metodologia do ensino de artes. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788595021136. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021136/ . Acesso em: 12 out. 2022.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
TAKATSU, Mayra M. Artes, Educação e Música. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. ISBN 9788522123735. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123735/ . Acesso em: 12 out. 2022.	
ROSENTHAL, Dália; RIZZI, Maria Christina de Souza L. Arte, Educação e Contemporaneidade. [Digite o Local da Editora]: Editora Blucher, 2020. E-book. ISBN 9788521218890. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521218890/ . Acesso em: 12 out. 2022.	

DISCIPLINA	
Metodologias e Estratégias de Ensino de Ciências	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Período letivo: 5º Semestre	Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
As Ciências Naturais (CN) e a Educação para a Cidadania na Educação Básica. O ensino de CN: um panorama das pesquisas na área. A organização do trabalho docente (planejamento e avaliação) na área de CN. Educação Ambiental: paradigmas e conceitos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
GONÇALVES, Adriana F. Metodologia do Ensino de Ciências. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2020. E-book. ISBN 9788569726296. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788569726296/ . Acesso em: 07 out. 2022.	
RUSCHEINSKY, Aloisio. Educação ambiental: abordagens múltiplas. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2009. E-book. ISBN 9788563899873. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788563899873/ . Acesso em: 07 out. 2022.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
VEZZANI, Renata de M. Educação para a diversidade no ensino de ciências e biologia. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2021. E-book. ISBN 9786589881896. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786589881896/ . Acesso em: 15 out. 2022.	
DISCIPLINA	
Legislação Educacional	
Período letivo: 5º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Educação como direito fundamental. Aspectos históricos da legislação educacional no Brasil. Estrutura Normativa e ordenamento constitucional, legal e normativo da educação brasileira para a Educação Básica e suas modalidades. Leis de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. As reformas educacionais e os planos de educação. Organização Didática da Educação Brasileira (Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e Base Nacional Comum Curricular – BNCC). Leis e resoluções que regem a formação e a Carreira Docente. O papel do Estado e das políticas públicas de educação e profissionais. Implicações do Estatuto das Crianças e Adolescentes - ECA na educação brasileira. Legislação para a assistência ao estudante. Direitos referentes à: educação inclusiva, direitos humanos, educação indígena e de quilombolas, educação do campo, questões de gênero, sexuais, étnico-raciais e religiosas	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
SANT'ANNA, Geraldo J. Planejamento, Gestão e Legislação Escolar. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536522319. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536522319/ . Acesso em: 07	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

out. 2022.
SAVIANI, D. Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação : por uma outra Política Educacional. São Paulo: Autores Associados, 2002.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
DOS SANTOS, Clóvis Roberto. Educação escolar brasileira: estrutura, administração, legislação – 2ª Edição atualizada e ampliada. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2018. E-book. ISBN 9788522126088. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126088/ . Acesso em: 15 out. 2022.

DISCIPLINA	
Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	
Período letivo: 6º Semestre	Carga Horária Horas: 60 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Os direitos de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos na escola; A Educação Especial como estratégia de inclusão escolar e o papel do Pedagogo na escola inclusiva; Compreender e desenvolver estratégias de ensino e inclusão que atenda as crianças, jovens e adultos com deficiências: visual, auditiva, motora, intelectual, transtornos globais, etc.no cotidiano da sala de aula e na Sala de Recursos Multifuncional.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
DINIZ, Margareth. Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas - Avanços e desafios . [Digite o Local da Editora]: Grupo Autêntica, 2012. E-book. ISBN 9788565381543. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565381543/ . Acesso em: 15 out. 2022.	
ESTEVÃO, Carlos Vilar. Direitos humanos, justiça e educação : uma análise crítica das suas relações complexas em tempos anormais. . Ijuí RS: Unijuí, 2015.	
LOPES, Joseuda B C.; LOPES, Daiane D.; LEITE, Vania A M.; CHEQUIM, Caroline C F. Educação inclusiva . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595028661. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028661/ . Acesso em: 07 out. 2022.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
LORENZINI, Marlene V. Brincando a Brincadeira com a Criança Deficiente: Novos Rumos Terapêuticos . [Digite o Local da Editora]: Editora Manole, 2002. E-book. ISBN 9788520449868. Disponível em:	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520449868/>. Acesso em: 07 out. 2022.v

DISCIPLINA	
Educação de Jovens e Adultos	
Período letivo: 6º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Fundamentos históricos e políticos da Educação de Jovens e Adultos- EJA. Sujeitos da EJA: Identidade do educador e do educando. Concepções Teóricas e Práticas. Metodologias e estratégias de ensino. Diversidade e Cidadania. Alfabetização e Inclusão Social. Educação e Trabalho na perspectiva de empoderamento e emancipação.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia D.; LEAL, Telma F. Desafios da educação de jovens e adultos - Construindo práticas de alfabetização . [Digite o Local da Editora]: Grupo Autêntica, 2007. E-book. ISBN 9788582178997. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582178997/ . Acesso em: 15 out. 2022.	
FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler . São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.	
MORAIS, Artur Gomes D.; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia D.; LEAL, Telma F. Alfabetizar letrando na EJA - Fundamentos teóricos e propostas didáticas . [Digite o Local da Editora]: Grupo Autêntica, 2010. E-book. ISBN 9788582178140. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582178140/ . Acesso em: 11 out. 2022.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
FERREIRO, Emilia. Alfabetização em processo . [Digite o Local da Editora]: Cortez, 2017. E-book. ISBN 9788524925849. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524925849/ . Acesso em: 15 out. 2022.	
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo SP: Paz e Terra, 2018.	
DISCIPLINA	
Seminário TCC I	
Período letivo: 6º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

DESCRIÇÃO/EMENTA	
Iniciação à Pesquisa Científica e organização de texto científico. Pesquisa em Educação - aspectos gerais e específicos. Objeto de pesquisa: questões teórico-metodológicas. Análise e elaboração de projetos de pesquisa - identificação estrutural. Pré-Projeto de Pesquisa em Ensino.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo . São Paulo: Cortez, 2011.	
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.	
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica . 6. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . São Paulo: Atlas, 2017.	
SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia de trabalho científico . São Paulo: Cortez, 2016.	

DISCIPLINA	
Seminário Integrador e Estudos Curriculares III	
Período letivo: 6º Semestre	Carga Horária Horas: 30 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Atividades de integração curricular mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas até o sexto semestre com o objetivo de refletir sobre: o ser professor na atualidade e suas práticas. Apresentar e levantar temáticas da realidade escolar, por meio das experiências e práticas de professores exitosas nas escolas. Proposta de um projeto de intervenção de caráter pedagógico e/ou extensionista de acordo com a realidade.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
EDUCATION, Buck Institute F. Aprendizagem baseada em projetos: guia para professores de ensino fundamental e médio . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2009. E-book. ISBN 9788536315713. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536315713/ . Acesso em: 11 out. 2022.	
ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar . Tradução de Ernani F. da Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . 2ª edição. Petrópolis:	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Vozes, 2002.

DISCIPLINA	
Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica – Elaboração de Projeto de Pesquisa e Extensão	
Período letivo: 6º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Elaboração de Projeto de Pesquisa e Extensão: Atividades práticas de elaboração e apresentação dos projetos de iniciação científica e tecnológica em formato de painel, pôster, jornal mural, mídias sociais e outras formas de divulgação. Instrumentalização do modelo do projeto, de acordo com as normativas e regras de elaboração de textos acadêmico-científicos, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT por meio das normas Brasileiras: NBR 6023/2002;; NBR10.520/2002; NBR 14.724/2005); NBR15287/2011. Elaboração de citações, referências, notas de roda-pé; Referências de documentos e outras fontes de informações: vídeos, documentos eletrônicos, iconografias,etc.; Apresentação e elaboração de projetos de pesquisa; Apresentação de trabalhos acadêmicos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.	
MATTAR, João; RAMOS, Daniela K. Metodologia da pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas . [Digite o Local da Editora]: Grupo Almedina (Portugal), 2021. E-book. ISBN 9786586618518. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586618518/ . Acesso em: 15 out. 2022.	
RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas . São Paulo: Atlas, 2017.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
CAMPOS, Regina Célia Passos Ribeiro D. Pesquisa, Educação e Formação Humana: nos trilhos da História . [Digite o Local da Editora]: Grupo Autêntica, 2010. E-book. ISBN 9788582178362. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582178362/ . Acesso em: 15 out. 2022.	

SÉTIMO SEMESTRE

DISCIPLINA	
Seminário TCC II	
Período letivo: 7º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

DESCRIÇÃO/EMENTA	
Planejamento, organização e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Projeto de Pesquisa em Educação. Entrega TCC com os resultados parciais e apresentação em diversos formatos (comunicação oral, pôster, painel, mídias-digitais, entre outros).	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. Etnografia da prática escolar . 18. ed. 5. reimp. Campinas: Papyrus, 2016.	
YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos . 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.	
PIMENTA, Sema Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro. (Orgs) Pesquisa em educação: possibilidades investigativas/formativas de pesquisa . Volume 1. 2.ed. São Paulo: Lopyola, 2012.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BECKER, S. Howard. Método de Pesquisa em Ciências Sociais . São Paulo: Hucitec, 1997.	
SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia de trabalho científico . São Paulo: Cortez, 2016.	

DISCIPLINA	
Oficina de Projetos de Iniciação Científica – Implantação de Projeto de Pesquisa e Extensão	
Período letivo: 7º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
A coleta de dados enquanto aplicação e execução da pesquisa (empírica, teórica ou de campo) integrando todos os componentes/elementos do projeto de pesquisa, fortalecendo a integração teoria/prática. Socialização dos resultados prévios encontrados na pesquisa e/ou projetos de extensão, intervenção pedagógica.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso D. Pesquisa em Educação - Abordagens Qualitativas , 2ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2013. E-book. ISBN 978-85-216-2306-9. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2306-9/ . Acesso em: 15 out. 2022.	
SORDI, José Osvaldo D. Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa , 1ª edição.. [Digite o	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

Local da Editora]: Editora Saraiva, 2017. E-book. ISBN 9788547214975. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547214975/>. Acesso em: 15 out. 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DISCIPLINA

Organização Curricular e Currículo Integrado na EPT

Período letivo: 7º Semestre

Carga Horária Horas: 60 h

DESCRIÇÃO/EMENTA

O currículo como construção social e cultural. Teorias curriculares. O Projeto Pedagógico Curricular - PPC. Temas atuais e currículo. A Educação Básica e Educação Profissional na perspectiva do currículo integrado: concepções, princípios, organização. Práticas docentes por meio de projetos interdisciplinares na perspectiva do currículo integrado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Clarines Hames, Lenir Basso Zanon, Maria Cristina Pansera D. **Currículo Integrado, Educação e Trabalho**. [Digite o Local da Editora]: Editora Unijuí, 2021. E-book. ISBN 9786586074956. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586074956/>. Acesso em: 07 out. 2022.

FREIRE, Rogéria A. **Diversidade, Currículo Escolar e Projeto Pedagógico: A relação família, escola e comunidade**. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. ISBN 9788522123537. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123537/>. Acesso em: 15 out. 2022.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. (orgs.). **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DISCIPLINA

Educação Profissional

Período letivo: 7º Semestre

Carga Horária Horas: 90 h

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

DESCRIÇÃO/EMENTA	
Educação e trabalho, o trabalho como princípio educativo. Sujeitos da Educação Profissional. Trajetória histórica e políticas públicas da educação profissional no Brasil; Pressupostos teórico-metodológicos da Educação Profissional e Tecnológica.; Integração da Educação Profissional com a Educação Básica. Currículo Integrado e as questões inter, trans e multi-disciplinares. Fundamentos para a Formação de Professores no Ensino Tecnológico.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BRASIL. Lei nº. 11.892 , de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p.1, 30/12/2008.	
FRIGOTO Gaudêncio. CIAVATA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). Ensino médio integrado: concepções e contradições . São Paulo: Cortez, 2005.	
PACHECO, Eliezer M.; (ORGANIZADORES), Valter M. Ensino Técnico, Formação Profissional e Cidadania . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2012. E-book. ISBN 9788564519084. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788564519084/ . Acesso em: 15 out. 2022.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ARAÚJO, Clarines Hames, Lenir Basso Zanon, Maria Cristina Pansera D. Currículo Integrado, Educação e Trabalho . [Digite o Local da Editora]: Editora Unijuí, 2021. E-book. ISBN 9786586074956. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586074956/ . Acesso em: 07 out. 2022.	
BATISTA, Sueli Soares dos S.; FREIRE, Emerson. Educação, Sociedade e Trabalho . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536522241. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536522241/ . Acesso em: 07 out. 2022.	

OITAVO SEMESTRE

DISCIPLINA	
Metodologias Ativas de Aprendizagem	
Período letivo: 8º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Apresentação, caracterização, discussão e compreensão teórico-prática do amplo e rico	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

espectro das metodologias ativas (Active Learning) e algumas tecnologias digitais aplicáveis a educação compreende uma necessidade formativa premente dos docentes modernos. Nesse sentido, deve-se destacar a relevância, consistência, constância e conveniência do emprego dessas estratégias educacionais na rotina escolar, tendo por base o profundo conhecimento das mesmas, os limites e possibilidades que oferecem para potencialização da aprendizagem centrada no estudante.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. (Desafios da educação). [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788584291168. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584291168/>. Acesso em: 07 out. 2022.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de Aula Invertida - Uma metodologia Ativa de Aprendizagem**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788521630876. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521630876/>. Acesso em: 07 out. 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PERRENOUD, P. H. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TARJA, Sanmya F. **Informática na Educação - O Uso de Tecnologias Digitais na Aplicação das Metodologias Ativas**. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2018. E-book. ISBN 9788536530246. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536530246/>. Acesso em: 07 out. 2022.

DISCIPLINA

Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica – Projeto de Pesquisa, Inovação e Extensão

Período letivo: 8º Semestre

Carga Horária Horas: 90 h

DESCRIÇÃO/EMENTA

A importância dos processos de inovação e extensão como eixo integrador de todos os componentes curriculares, fortalecendo a integração teoria/prática. Construção de um projeto de extensão e/ou inovação utilizando-se da elaboração de projetos interdisciplinares com foco na Educação Profissional e Tecnológica – EPT e/ou na Educação Básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2011.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

JR, Arlindo P.; FERNANDES, Valdir; PACHECO, Roberto C S. **Ensino, pesquisa e inovação: desenvolvendo a interdisciplinaridade.** [Digite o Local da Editora]: Editora Manole, 2017. E-book. ISBN 9788520455371. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520455371/>. Acesso em: 15 out. 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JR., Arlindo P.; FERNANDES, Valdir. **Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e Pesquisa.** [Digite o Local da Editora]: Editora Manole, 2015. E-book. ISBN 9788520449141. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520449141/>. Acesso em: 10 out. 2022.

DISCIPLINA

Seminário Integrador e Estudos Curriculares IV

Período letivo: 8º Semestre

Carga Horária Horas: 90 h

DESCRIÇÃO/EMENTA

Atividades de integração curricular, mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas no quarto ano da Licenciatura. Pensar a atuação e gestão na Educação Profissional e Tecnológica - EPT e da Educação Básica. Apresentação e divulgação dos projetos de intervenção pedagógica e/ou de extensão/inovação desenvolvidas durante os semestres anteriores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CA DARLING-HAMMOND, Linda; BRANSFORD, John. **Preparando os Professores para um Mundo em Transformação: O Que Devem Aprender e Estar Aptos a Fazer.** [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788584291809. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584291809/>. Acesso em: 15 out. 2022.

MOURA, Dante Henrique. **Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral?** Educação Pesquisa, v. 39, n. 3, p. 705–720, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf>>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SACRISTÁN, José G.; GÓMEZ, Ángel I P. **Compreender e transformar o ensino.** [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2009. E-book. ISBN 9788536312774. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536312774/>. Acesso em: 15 out. 2022.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

DISCIPLINA	
Seminário TCC III	
Período letivo: 8º Semestre	Carga Horária Horas: 90 h
DESCRIÇÃO/EMENTA	
Planejamento, organização das defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. Etnografia da prática escolar . 18. ed. 5. reimp. Campinas: Papyrus, 2016.	
YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos . 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.	
PIMENTA, Sema Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro. (Orgs) Pesquisa em educação: possibilidades investigativas/formativas de pesquisa . Volume 1. 2.ed. São Paulo: Lopyola, 2012.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 22. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Contribuições para o processo de construção dos cursos de licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: Setec/MEC. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/licenciatura_05.pdf, acessado em 23 de agosto de 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm; Acesso em: 27 jun. 2017

_____. **Um passado vestido de futuro**: fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: Editora IFB, 2012.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008** - institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

_____. Parecer CNE/CP nº 05/2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação em Pedagogia Licenciatura, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

_____. Resolução CEE/MG Nº 447/2002. Dispõe sobre a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior e altera dispositivos da Res. CEE 442, de 24 de abril de 2001.

_____. Resolução CNE/CP nº 02/2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

_____. Resolução CNE/CP nº 01/2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

_____. Resolução CNE/CP nº 02/2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

_____. *Contribuições para o processo de construção dos cursos de licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. SETEC: Brasília, sem ano especificado. Disponível em:

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/licenciatura_05.pdf>. Acesso em: 26 maio. 2017.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal nº. 9.394/96, Brasília, MEC, 1996.LDB nº 9.394/96; Institui a Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº16/2021 e homologado pela Resolução CONSUP nº 22/2021. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução nº 02/2018 e retificada pela Resolução CONSUP nº 24/2021.